



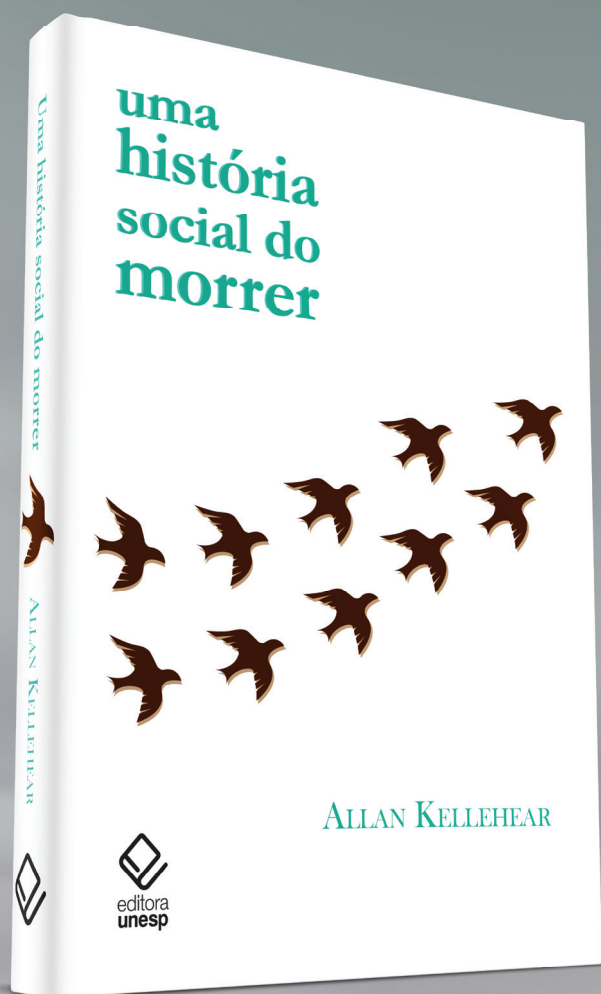
O desafio da inovação

UNESP VIVENCIA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO
NUMA REALIDADE MULTICÂMPUS

INTERNACIONALIZAÇÃO
REVISÃO DO PROGRAMA
CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

DESIGUALDADE
CONFLITOS
RACIAIS NOS EUA

As forças que moldam a vida humana reveladas nas suas formas de morrer



O médico Kellehear justifica seu interesse no morrer porque, ao estudá-lo, vemos o reflexo do tipo de pessoa que somos. Ou seja, a conduta no morrer revela as forças sutis, íntimas e despercebidas em nossa vida cotidiana que moldam nossa identidade e individualidade. Essa experiência, simultaneamente complexa e natural, é investigada em um voo panorâmico de 2 milhões de anos, da alvorada da consciência da mortalidade, na Idade da Pedra, à Era Cosmopolita, identificando e descrevendo os padrões típicos do morrer em cada período, com suas características morais e culturais, tensões e contradições.

Uma história social do morrer
Allan Kellehear

Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo
504 páginas | 14 x 21 | R\$ 84,00



editora
unesp

Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987

www.editoraunesp.com.br



Governador
Geraldo Alckmin

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia
e Inovação

Márcio França



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Julio Cezar Durigan

Pró-reitor de Administração

Carlos Antonio Gamero

Pró-reitor de Pós-Graduação

Eduardo Kokubun

Pró-reitor de Graduação

Laurence Duarte Colvara

Pró-reitora de Extensão Universitária

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-reitora de Pesquisa

Maysa Furlan (interina)

Secretária-geral

Maria Dalva Silva Pagotto

Chefe de Gabinete

Lauro Henrique Mello Chueiri (interino)

Assessor-chefe da Assessoria de

Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio



Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-presidente

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Editor-executivo

Túlio Kawata

Superintendente administrativo e financeiro

William de Souza Agostinho



unesp*ciência*

Diretor de redação Oscar D'Ambrosio

Arte Hankó Design (Ricardo Miura)

Assistente de arte Andréa Cardoso

Colaboradores Ana Cristina Nassif Soares, Fabíola Spiandorello,

José Celso Freire Junior, José Roberto Fernandes Castilho,

Juarez Xavier, Karina Stange Calandrin, Leonardo Dallacqua

de Carvalho, Matheus de Oliveira Pereira, Mauro Galetti, Oscar

D'Ambrosio, Rita de Cássia Biazon, Rodolpho Telarolli Jr.,

Sílvia Beatriz Adoue, Vanderlan da Silva Bolzani (texto); Chello

Fotógrafo (foto)

Revisão Maria Luiza Simões

Projeto gráfico Hankó Design (Ricardo Miura)

Produção Mara Regina Marcato

Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva

Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio

Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar,

CEP 01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0327.

www.unesp-ciencia.com.br

revistaunesp-ciencia@reitoria.unesp.br

Impressão Coan Gráfica

Tiragem 6 mil exemplares

É autorizada a reprodução total ou parcial de textos e imagens desde que citada a fonte. Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião da Universidade.

Liderança e inovação

Para Steve Jobs, um revolucionário que atuou na área de computadores pessoais, filmes de animação, música, telefones, tablets e publicações digitais, “a inovação distingue entre um líder e um seguidor”.

A matéria de capa desta edição da revista **unesp*ciência*** trata justamente do desafio da inovação, principalmente no âmbito da Unesp, uma universidade com 40 anos de história que vive inserida na sociedade do conhecimento com sua realidade de 34 unidades em 24 cidades paulistas.

Temos ainda nesta edição uma reflexão sobre os caminhos da formação do ecólogo e um artigo que reflete sobre o programa Ciência sem Fronteiras.

Os recentes conflitos raciais nos EUA, discussões sobre os novos direitos à desconexão dentro da Revolução da Tecnologia de Informação que vivemos, o terror em Israel e na Palestina e a condição das mulheres chefes de família são outros destaques.

Também há textos sobre: o livro *Exercícios* (Askhmata), de Shaftesbury; a doutrinação da Escola Sem Partido; a volta do crescimento dos casos de aids no Brasil; os 25 anos do Mercosul; o Estúdio Eletroacústico PANaroma, do Instituto de Artes da Unesp; a novela *Velho Chico*; a inauguração do Instituto de Estudos Avançados pela Unesp, em São Vicente, SP; e a Lei Anticorrupção e Projetos Educacionais.

As informações nos fazem pensar nas palavras instigantes do educador Mario Sergio Cortella: “Cuidado com gente que não tem dúvida. Gente que não tem dúvida não é capaz de inovar, de reinventar, não é capaz de fazer de outro modo. Gente que não tem dúvida só é capaz de repetir”.

Que a leitura desta e das próximas edições nos auxilie a sermos cada vez mais críticos, inovadores e líderes.



6

40 ANOS DO CURSO DE ECOLOGIA DE RIO CLARO
Um longo caminho na formação do ecólogo
MAURO GALETTI



SOCIEDADE
Conflitos raciais nos EUA
JUAREZ XAVIER

18



24

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
O Terror em Israel e na Palestina
KARINA STANGE CALANDRIN

Exercícios
(Askhmat)
Shaftesbury

29

LEITURA
Clássico ensina como se tornar filósofo



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
O novo direito à desconexão
JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO



22

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES
Mulheres chefes de família
ANA CRISTINA NASSIF SOARES

26





8

PATENTES E INOVAÇÃO
O desafio da inovação
FABIOLA SPIANDORELLO
E VANDERLAN DA SILVA
BOLZANI



EDUCAÇÃO
A quem interessa a
doutrinação da Escola
Sem Partido?
LEONARDO DALLACQUA DE
CARVALHO



32

INTERNACIONALIZAÇÃO
Revisão do programa
Ciência sem Fronteiras
JOSÉ CELSO FREIRE JUNIOR

36

MEDICINA
Casos de aids
voltam a crescer
no Brasil
RODOLPHO
TELAROLLI JR.




38

RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Os 25 anos do Mercosul
MATHEUS DE OLIVEIRA PEREIRA



44

ARTE E CULTURA
Velho Chico, a novela do
'novo mundo rural'
SILVIA BEATRIZ ADOUE

MÚSICA
A morada do som
PAULO VELLOSO



40



50

OPINIÃO
Lei Anticorrupção
e Projetos
Educação
RITA DE CÁSSIA
BIASON



48

FOTO DO MÊS
Instituto de Estudos
Avançados do Mar
CHELLO FOTÓGRAFO



Professores e técnicos nas excursões didáticas do curso de Ecologia.

Um longo caminho na formação do ecólogo

EM 2016 O CURSO DE ECOLOGIA DE RIO CLARO, ASSIM COMO A UNESP, COMPLETA 40 ANOS. NESTE ARTIGO DA SÉRIE COMEMORATIVA, O PROFESSOR MAURO GALETTI FAZ UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SE FORMAR ECÓLOGOS NO BRASIL

O primeiro curso de graduação em Ecologia no Brasil completa 40 anos de existência. É certamente uma data para celebrarmos e refletirmos sobre os avanços e retrocessos de um curso nada convencional. Pouca gente ainda sabe da importância de se formar ecólogos num país com a maior biodiversidade do Planeta. Uma biodiversidade que pode ser estratégica na tomada de decisões políticas internacionais. Uma profissão que busca soluções para um planeta doente. Hoje questões como mudanças climáticas, extinção de espécies e sustentabilidade são os maiores desafios da humanidade e é isso que o ecólogo trabalha.

Como professor da Unesp há 18 anos eu sempre vejo com otimismo a crescente capacitação dos alunos do curso de Ecologia. Quando comecei a lecionar não existiam livros de ecologia em português, havia pouca infraestrutura para pesquisa e não havia uma

pós-graduação em Ecologia na Unesp para que os alunos pudessem se aprimorar.

Lecionei até hoje para cerca de 300 alunos, muitos deles encontro hoje como docentes de outras universidades (ou mesmo da Unesp), diretores de parques estaduais, membros de ONGs e secretarias ou mesmo no Ministério do Meio Ambiente em Brasília. Muitos estão espalhados pelo mundo – Itália, Moçambique, Estados Unidos, Austrália, entre outros países. Todos os ex-alunos que encontro estão satisfeitos de terem feito o curso da Unesp e muitos deram e estão dando um retorno de excelência para a sociedade brasileira. Obviamente que esses alunos que mencionei são os que “se encontraram” na profissão. Como em qualquer curso, alguns alunos desistem ou se formam e vão para outras áreas. A desistência dos alunos reflete muito o que eles “acham” ou “querem” que seja Ecologia. Ecologia é uma ciência que envolve desde questões sociais,

comportamentais (inclusive do ser humano) assim como análises de dados e experimentos controlados. O bom ecólogo é aquele que possui ferramentas intelectuais para usar os conhecimentos das diversas ciências (como química, matemática, biologia) para investigar e resolver problemas ambientais.

Se alguns anos atrás fazer Ecologia era confundido com abraçar árvores, andar descalço, ser vegetariano ou fazer parte do partido verde (o que alguns na verdade chamam de ambientalismo), hoje a profissão de ecólogo está bem mais amadurecida, pois forma profissionais com base sólida em ciência. Diferentemente de muitas outras profissões os alunos que fazem Ecologia não entram no curso com o objetivo primeiro de ganhar dinheiro, mas sim porque possuem o sonho de uma sociedade ambientalmente saudável.

Nesse sentido o curso direciona e aperfeiçoa as ambições dos alunos e oferece treinamento teórico e prático para lidar com questões sempre difíceis. Como conciliar desenvolvimento com proteção ao meio ambiente? O que é sustentabilidade? Como podemos diminuir o aquecimento do planeta num mundo globalizado? Já houve alguma civilização ecologicamente sustentável? Podemos aliviar a pobreza sem afetar a biodiversidade?

Sem dúvida o trabalho mais gratificante como professor é formar alunos que sejam intelectualmente respeitados e que façam leituras diferenciadas dos problemas ambientais. Encontrar ex-alunos em congressos nacionais e internacionais reforça que nosso curso formou e vem formando grandes ecólogos.


Não menos gratificante é participar de uma equipe de professores tão dedicada ao curso e à formação profissional do ecólogo. Nesses 40 anos os alunos tiveram a melhor formação possível para a época ou com os recursos que foram destinados. Essa percepção do histórico do curso é incipiente entre os alunos. No início do curso a maioria dos docentes não tinha formação em Ecologia, simplesmente porque isso nem existia no Brasil. Nem por isso deixaram de buscar dar a melhor forma-

ção teórica e prática para esses alunos. Isso tudo na era pré-internet, sem Amazon.com, sem livros em português, sem power point ou mesmo computadores. Enquanto a Sociedade Americana de Ecologia (ESA) celebrou 100 anos o ano passado, em 1976, quando o curso de Ecologia foi criado, o Brasil não possuía nenhum ecólogo. A criação do curso de Ecologia da Unesp e a formação de excelência que os alunos recebem são um passo enorme para que o Brasil resolva seus problemas ambientais.

Nesses meus anos de Unesp eu tive o privilégio de trabalhar e conviver com professores e técnicos que dedicaram sua vida à formação de qualidade dos alunos. Talvez poucos alunos percebam isso, porque permanecem na universidade poucos anos. Mas eu celebro nesses 40 anos do curso os professores que nunca deixaram de atender a uma dúvida de

CURSO DIRECIONA E APERFEIÇOA AS AMBIÇÕES DOS ALUNOS E OFERECE TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO

um aluno, nunca deixaram de oferecer estágios, que deixaram suas famílias em finais de semana para ir a excursões didáticas, que buscaram melhorar suas aulas, que incentivaram os alunos a persistir e crescer. Esses docentes foram e são fundamentais para a formação de centenas de ecólogos que temos hoje no Brasil.

Meus parabéns vão para os ecólogos formados nesses 40 anos que persistiram, acreditaram nos seus sonhos e que com todas as dificuldades são hoje os ecólogos do Brasil e do Mundo. Meus parabéns vão para os professores e técnicos administrativos que dedicaram sua vida para a formação desses ecólogos num país tão necessitado de profissionais em meio ambiente. Sou especialmente feliz e grato por ter trabalhado com docentes que foram os pilares da criação desse curso, como as professoras Maria José Campos e Maria Inês Pagani. Eu celebro todos os docentes e os técnicos de todos os departamentos que ajudaram a formar os novos ecólogos do Brasil. 



Mauro Galetti –
Departamento de
Ecologia, IB/Unesp Rio
Claro

FABIOLA SPIANDORELLO E VANDERLAN DA SILVA BOLZANI





O desafio da inovação

UNESP VIVE NA
SOCIEDADE DO
CONHECIMENTO
NUMA
REALIDADE
MULTICÂMPUS

Ao completar 40 anos, a Unesp, como uma das mais importantes universidades do país, tem muito a comemorar: unifica as responsabilidades inerentes de ensino, formando profissionais de alto nível; a excelência na pesquisa e seus reflexos na produção de novos conhecimentos; a extensão e cultivo do saber, desempenhando o papel fundamental da tríade universitária clássica, com a excelência exigida para estar ranqueada em posições destacadas em diversas classificações internacionais e nacionais.

Comparando-se apenas as universidades dos países de economias emergentes (BRICS), a Unesp está entre as Top 100. O QS University Rankings mensurou as universidades

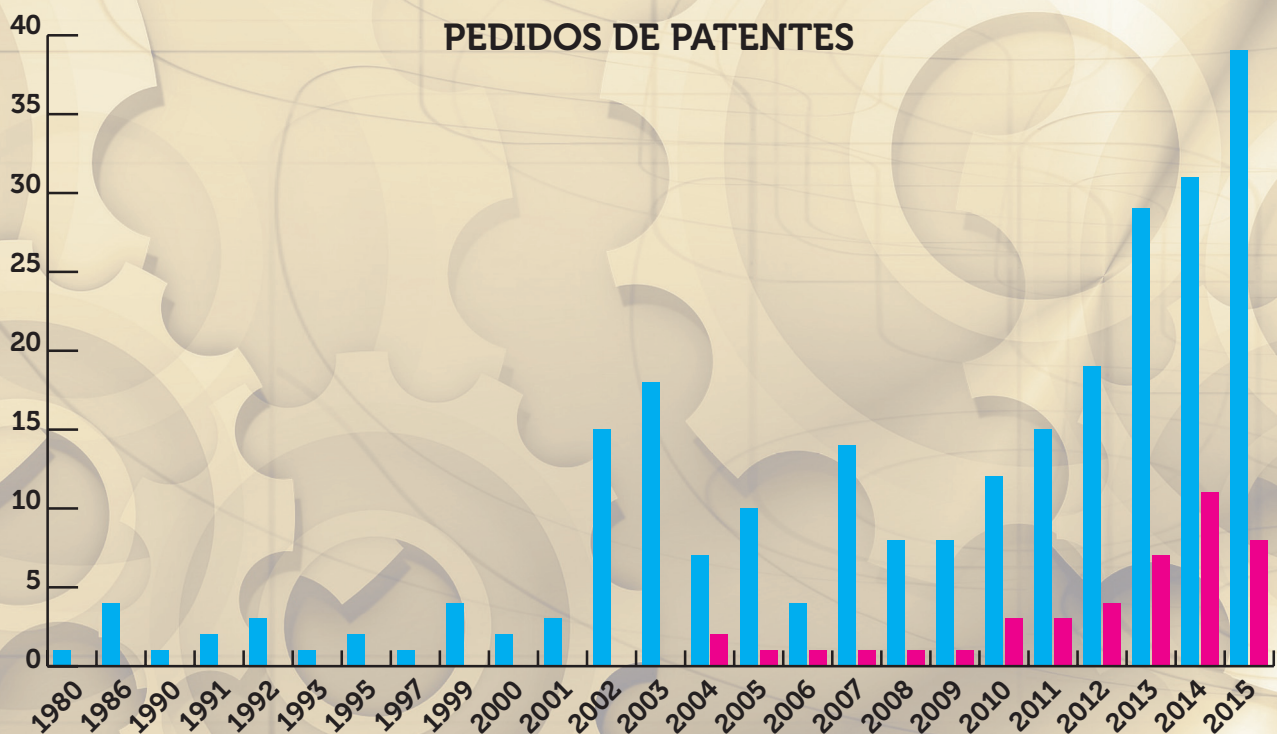


Figura 1. Números de depósitos de pedidos de patente realizados pela Unesp. Prioridades e extensões internacionais (PCTs).

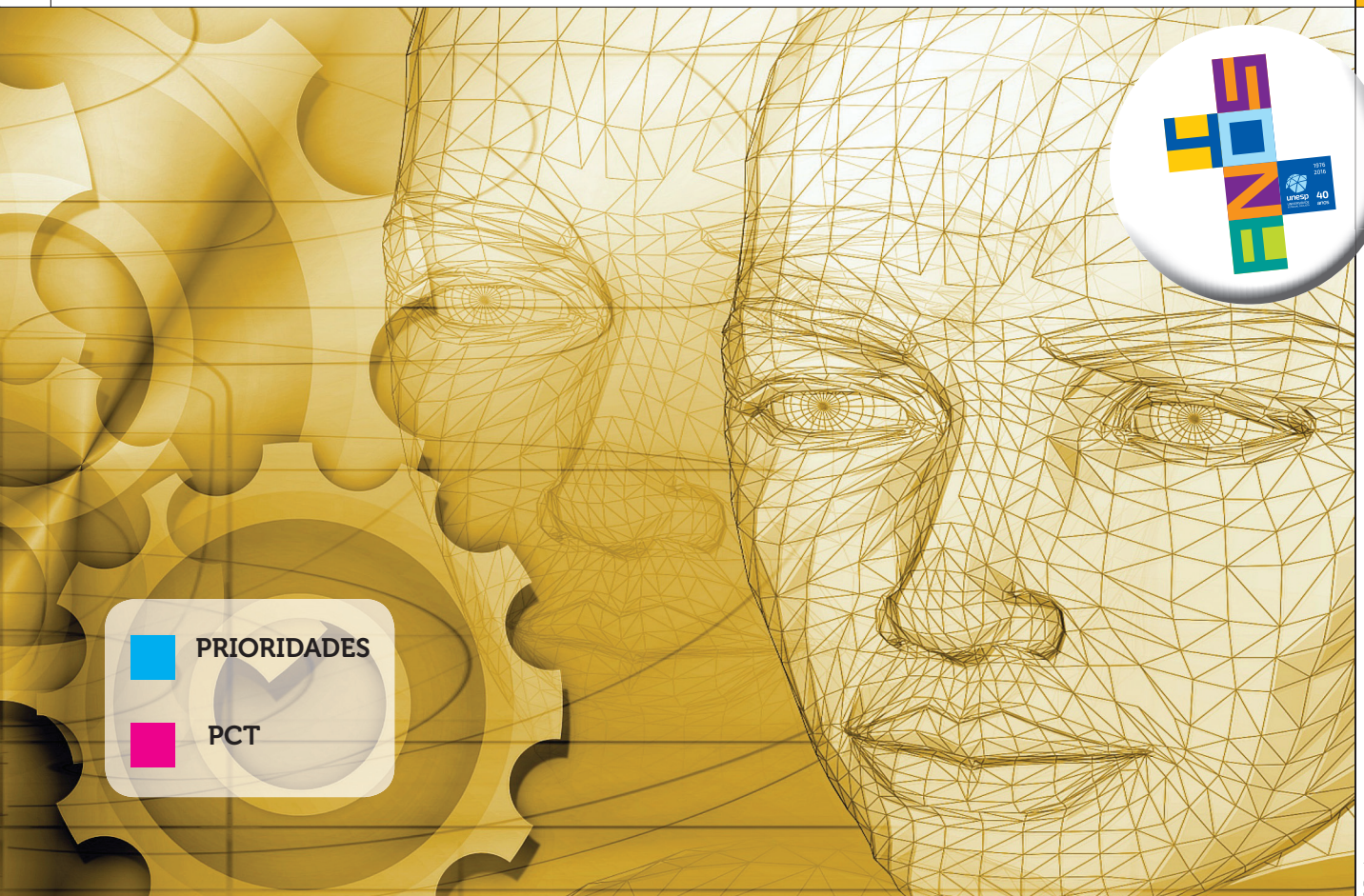
mundiais e a Unesp encontra-se na 421ª/430ª posição mundial, em 2015 ocupa a posição 27ª entre os países dos BRICS, na América Latina ocupa a 38ª posição e no Brasil fica no honro-

ro-americanas. No RUF ocupamos o 6º lugar.

No contexto atual das ditas sociedades do conhecimento, as universidades, além do papel capital na formação de recursos humanos e na geração de conhecimentos científicos, têm como função também contribuir com a inovação tecnológica, força propulsora para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Desde a primeira universidade criada até as atuais elas se tornaram instituições basilares para criar e disseminar conhecimentos novos, fundamentais para gerar novas tecnologias. Cada dia fica mais evidente que a pesquisa básica de excelência em todas as áreas é capaz de impulsionar a pesquisa aplicada, a inovação e o desenvolvimento econômico e social. Portanto, mecanismos institucionais que gerenciem e estimulem a inovação dentro das universidades, como agentes estratégicos para o catch-up, como os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) ou Agências de Inovação, já consolidados em algumas universidades brasileiras, foram introduzidos à estrutura da

A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA SE FORTALECE VISANDO CRIAR UM AMBIENTE PROPÍCIO À INOVAÇÃO, COMUM NAS UNIVERSIDADES DE CLASSE MUNDIAL DOS PAÍSES CENTRAIS

so 4º lugar. Na análise comparativa a Unesp posiciona-se entre as melhores universidades do mundo, cujos dados corroboram o potencial de seu crescimento, considerando-se que é uma universidade heterogênea, multi-câmpus e bastante jovem. O Ranking da Nature Global Index analisou artigos publicados em periódicos com impacto mundial e em 2015 coloca a Unesp em 3º lugar no Brasil e em 6º na América Latina; pelo Scimago, 2º lugar no Brasil, 3º na América Latina, e 5º entre as ibe-



© Freemages

Unesp em 2007, quando foi regulamentada a criação do NIT, Resolução Unesp nº 44, 20.7.2007, nos termos da Portaria Unesp nº 424 de 26.9.2006. Para atender à disposição da Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973 de 2.12.2004), que determina que cada Instituição Científica e Tecnológica (ICT) brasileira disponha de um núcleo (escritório) próprio ou associado ao de outras ICTs para gerenciar toda produção científica e tecnológica.

O NIT Unesp, criado em 2007, foi institucionalizado como Agência Unesp de Inovação (AUIN-Unesp) em 2009, seguindo o modelo já estabelecido e consagrado pelas coirmãs USP e Unicamp, como uma forma de unificação das três universidades públicas do Estado de São Paulo.

Na história recente da Unesp, destaca-se uma mudança institucional estratégica, a separação da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa em duas pró-reitorias, na gestão do professor Marcos Macari, como reitor, carimbando uma mudança institucional substan-

cial, sendo também o ponto de partida para a criação da Auin, que foi gestada nos primeiros quatro anos de construção da Prope. A partir desse momento, a Unesp passa a ter a estrutura almejada para uma universidade, dentro da chamada Sociedade do Conhecimento.

A relação universidade-empresa se fortalece visando criar um ambiente propício à inovação, comum nas universidades de classe mundial, dos países centrais. Um local onde os conhecimentos provenientes de pesquisa são absorvidos pelas empresas para motivar desenvolvimento (P&D) e gerar inovação, materializando-se em novos produtos e/ou novos processos.

Partindo da premissa de que conhecimento gera tecnologia e impactos positivos na economia e estrutura social dos países, a proteção do conhecimento gerado dentro da universidade passa a ter papel importante, sendo os trâmites para proteção de todo o conhecimento gerado por seus pesquisadores fundamental. Para o funcionamento desta engrenagem dentro do sistema tradicional, a Unesp entendeu que a



© Freeimages

criação de um escritório de transferência seria estratégica não apenas para o gerenciamento do sistema de licenciamento de patentes e de transferência de tecnologia mas um passo decisivo para a comunidade unespiana enfrentar o longo caminho a ser trilhado, com a excelência exigida para as melhores classificações internacionais e nacional. É visível ainda como a universidade brasileira permanece insulada e carece de canais de ligação mais eficazes para viabilizar a estreita sintonia do crescimento tecnológico que o país precisa para se desenvolver.

A Unesp, quarentona, se integra ao mundo acadêmico, que vive uma segunda revolução. Ensino e pesquisa combinam-se agora com forte atuação de transferência de conhecimento para a sociedade. No Brasil, é urgente a necessidade de se ampliar a sinergia e os fluxos de conhecimento entre universidade e sociedade, determinantes para a absorção, a aprendizagem e a geração de inovação e tecnologia – aos 40 anos a Unesp celebra este

quesito com garbo. Em apenas oito anos de estruturação da Auin, o quesito inovação conferiu a 7ª posição no ranking RUF-2015, destacando sobremaneira a Unesp entre as mais produtivas e inovadoras.

A Unesp depositou seu primeiro pedido de patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial em 30/9/1980, protocolado sob número PI. Tratava-se de uma tecnologia voltada para a área de microbiologia, desenvolvida no Instituto de Química. O pedido de patente mais recente depositado pela Universidade junto ao INPI, protocolado sob número BR 10 2015 030443-9 na data de 4/12/2015, descreve um dispositivo para diagnóstico de cisticercose bovina, composto por camadas automontadas de um anticorpo monoclonal sobre um composto extraído de fibras de seda. Este dispositivo foi desenvolvido em conjunto por pesquisadores da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, ambas do Câmpus de Botucatu, Faculdade de Medicina Veterinária do Câmpus

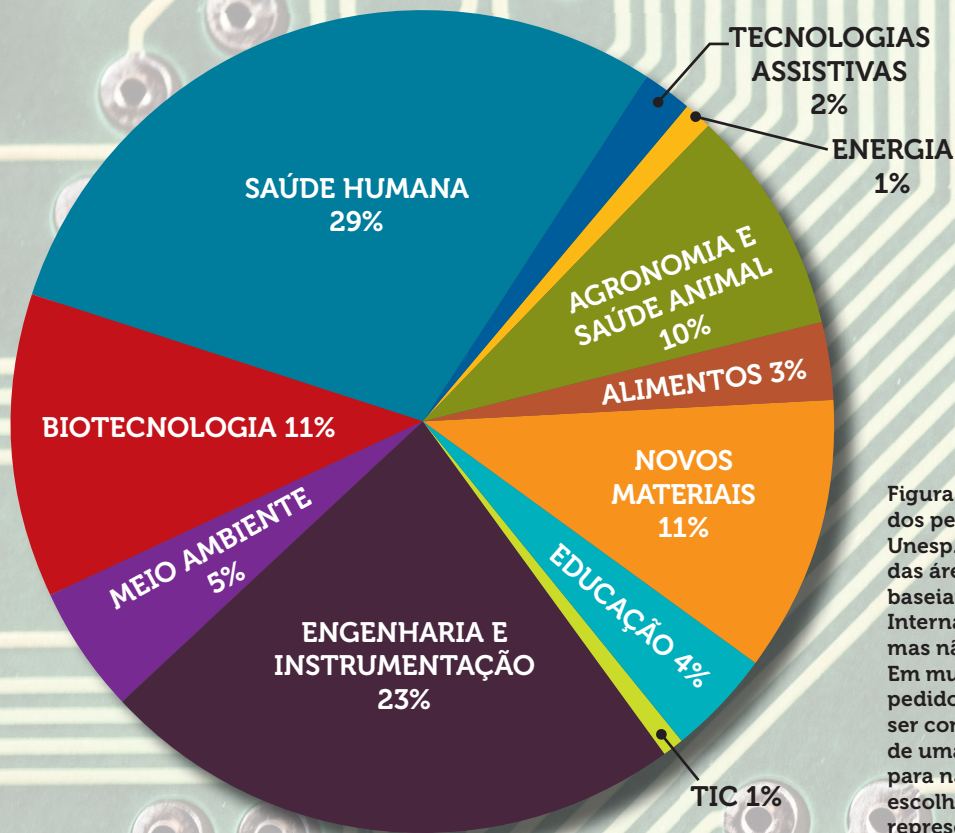


Figura 3. Áreas tecnológicas dos pedidos de patente da Unesp. As denominações das áreas tecnológicas baseiam-se na Classificação Internacional de Patentes, mas não se limitam a ela. Em muitos casos, um pedido de patente pode ser contabilizado em mais de uma classe, sendo que para não haver duplicidade escolheu-se a mais representativa.

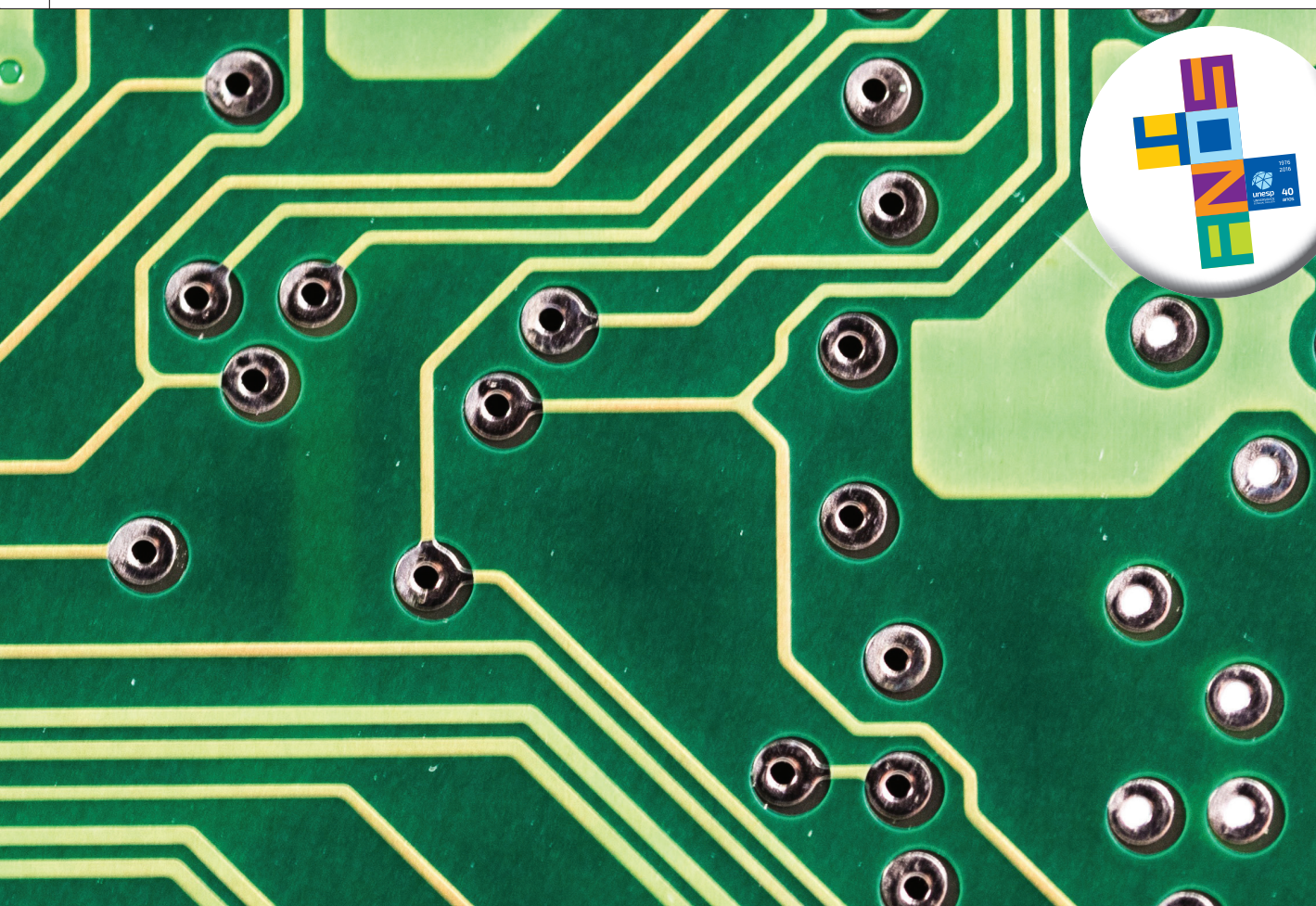
damentada no agronegócio e em “comodities” deste setor. Dados estatísticos gerados das várias atividades da Unesp são essenciais e um instrumento valioso para essa quarentona

CABE RESSALTAR A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PESQUISADORES DAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS

pensar o futuro e os rumos que deve seguir.

Nestes 40 anos, a Unesp construiu um sistema de pesquisa em algumas áreas, robusto e de excelência internacional, em parte, decorrente de um programas de pós-graduação maduro (118 programas distintos), mostrando-se uma força motriz na geração de conhecimentos em todos os domínios do saber. A Figura 3 apresenta as principais áreas de investigação em que foram identificadas tecnologias oriundas do trabalho acadêmico da Unesp

passíveis de serem apropriadas por meio de pedidos de patente. As áreas dominantes em depósitos de patentes são as de saúde humana (29%) e engenharias e instrumentação (23%), seguidas pela linha de novos materiais e biotecnologia (11%) e agronomia e saúde animal (10%). São blocos muito abrangentes, o que não permite fazer um diagnóstico estatístico muito preciso, mas eles refletem bem os dados mostrados na Figura 2, sobre as instituições que mais depositam patentes. Por exemplo, na Figura 3, as pesquisas sobre saúde humana incluem fármacos e medicamentos, cosméticos, agroquímicos, biomateriais, dispositivos para diagnósticos em que o IQAr e a Faculdade de Ciências Farmacêuticas se destacam. Outro dado estratégico que reflete diretamente no potencial de inovação de uma universidade é a classificação Capes para os cursos de pós-graduação. Isso deve-se ao fato de que praticamente toda pesquisa realizada nas instituições públicas e privadas do Brasil



© Freerimages

envolve fundamentalmente os estudantes de pós-graduação. Daí a importância dos cursos de excelência, Qualis Capes nota 6 e 7, onde há um ambiente robusto de pesquisa fundamental, essencial para gerar patentes, e por conseguinte mais aptos a entrar no complexo funil da inovação.

A criação da Auin foi muito importante e marca uma mudança substancial para a Unesp, que celebra seus 40 anos. Embora muito jovem, ela não destoa muito das demais, tendo em conta que a maioria das universidades brasileiras não são seculares. O gráfico mostrado na Figura 4 corrobora a importância da criação da Auin para a mudança de paradigma institucional no quesito inovação, tão bem refletida na classificação das universidades brasileiras, RUF-2015, onde no quesito inovação a Unesp se destaca com a 7ª posição. Fica evidente que pesquisadores têm buscado cada vez mais os serviços da Auin, fato diagnosticado a partir do número de comunica-

ções de invenções, que é a fase preliminar do processo de avaliação patentária pela Auin. Um aumento quase exponencial nos últimos cinco anos é histórico e motivo de celebração neste ano festivo para a Unesp, pois indica que os pesquisadores estão cada vez mais conscientes da importância de proteger suas pesquisas antes de publicá-las. Dessas comunicações de invenção analisadas, muitas acabam sendo depositadas como pedidos de patente, enquanto que outras são protegidas em outras modalidades. Cabe ressaltar a importância da proteção do conhecimento dos pesquisadores da área das ciências humanas, que teve um aumento significativo, mais uma vez reforçando o nível de conscientização da comunidade unespiana sobre a proteção do conhecimento gerado não apenas pelas exatas.

O Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT) foi criado em 2002 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para dar suporte às pequenas e microempresas. É



© Dollar Photo Club

- **COMUNICAÇÃO DE INVENÇÃO**
- **PEDIDOS DE PATENTES (PRIORIDADES)**
- **EXTENSÕES INTERNACIONAIS (PCT)**

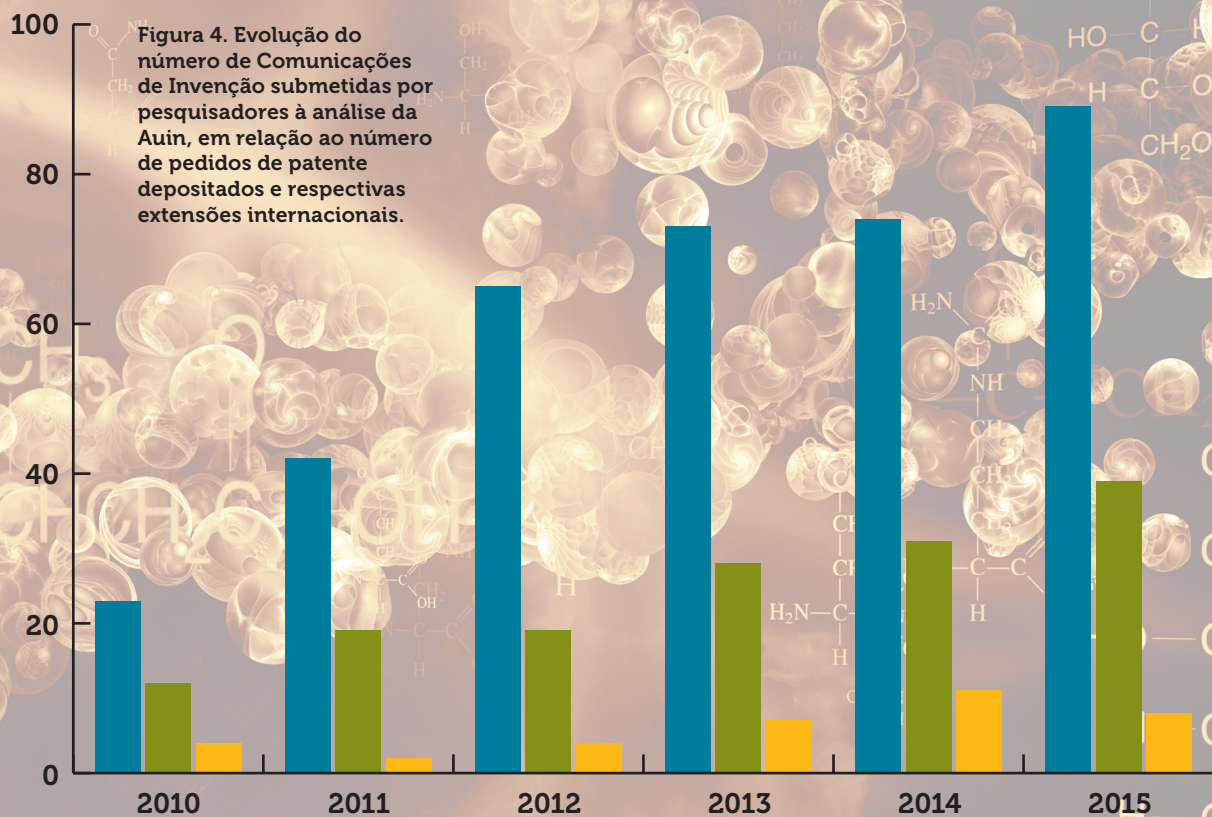
uma ferramenta de atendimento aos micro e pequenos empresários e empreendedores visando dar acesso à informação tecnológica para que esses pequenos empresários ou empreendedores possam melhorar seus ser-

A UNESP DEPOSITOU SEU PRIMEIRO PEDIDO DE PATENTE JUNTO AO INPI EM 1980

viços, ganhando competitividade. Em 2010 foi criado, junto à Auin, o Serviço Integrado de Respostas Técnicas – SIRT, como um dos agentes do Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas. Esta é também uma ação que a Unesp celebra com a criação da Auin, já que o sistema é conduzido por 13 instituições parceiras em todo o país, tendo sido registrado mais de 1 milhão de acessos à página web, evidenciando a sua importância para os pequenos negócios. Na Unesp o Sirt é coordenado pelo Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca,

lotado junto à Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara, onde estagiários atendem a questões técnicas de empresários e empreendedores que buscam a melhoria de seus produtos e processos. Infelizmente, devido a contenção orçamentária decorrente da crise financeira de 2015, que limitou várias ações da Auin, o Sirt foi suspenso em 2015.

No ano de 2012, a Auin criou o primeiro fundo de prova de conceito, destacando-se como sendo a primeira instituição no Brasil a estruturar um programa na Unesp para agregar valor a pesquisas de interesse tecnológico. Fundos de prova de conceitos são muito comuns nas grandes universidades, como MIT, Harvard, etc. e o objetivo principal do fundo é aportar recursos financeiros em projetos de pesquisa aplicada visando a obtenção de dados que demonstrem sua viabilidade tecnológica, diminuindo a distância entre a pesquisa de bancada e o desenvolvimento tecnológico antes de o produto ser viabilizado, de forma a valorizar a tecnologia antes que ela chegue



ao mercado, acelerando sua transferência.

A Auin, entendendo que a criação de um fundo voltado para um programa de prova de conceito dentro da Unesp marca um grande diferencial para a inovação da universidade, estabeleceu contatos e firmou contratos de parceria com a iniciativa privada, para desenvolvimento e inovação ou licenciamento de tecnologias no programa prova de conceito da Unesp. Como pode ser analisado, nesses anos, a Auin emvidou esforços para que o programa seja mantido, já que vem sendo referenciado por várias universidades brasileiras como um diferencial de valoração das pesquisas desenvolvidas com potencial para inovação. No entanto, mais uma vez a crise econômica barra ações importantes para a Unesp que a promovem nos rankings classificatórios e a projetam para as grandes universidades dentro das ditas sociedades do conhecimento. Desde a criação do programa, vários esforços foram feitos, o que resultou em diversos contratos, que trouxeram receitas para pesquisas

da Unesp que foram selecionadas com muito rigor. A Carta de projetos foi bastante positiva em 2014, o que deve se manter em 2015, que ainda está sendo contabilizado neste momento.

COMENTÁRIOS FINAIS

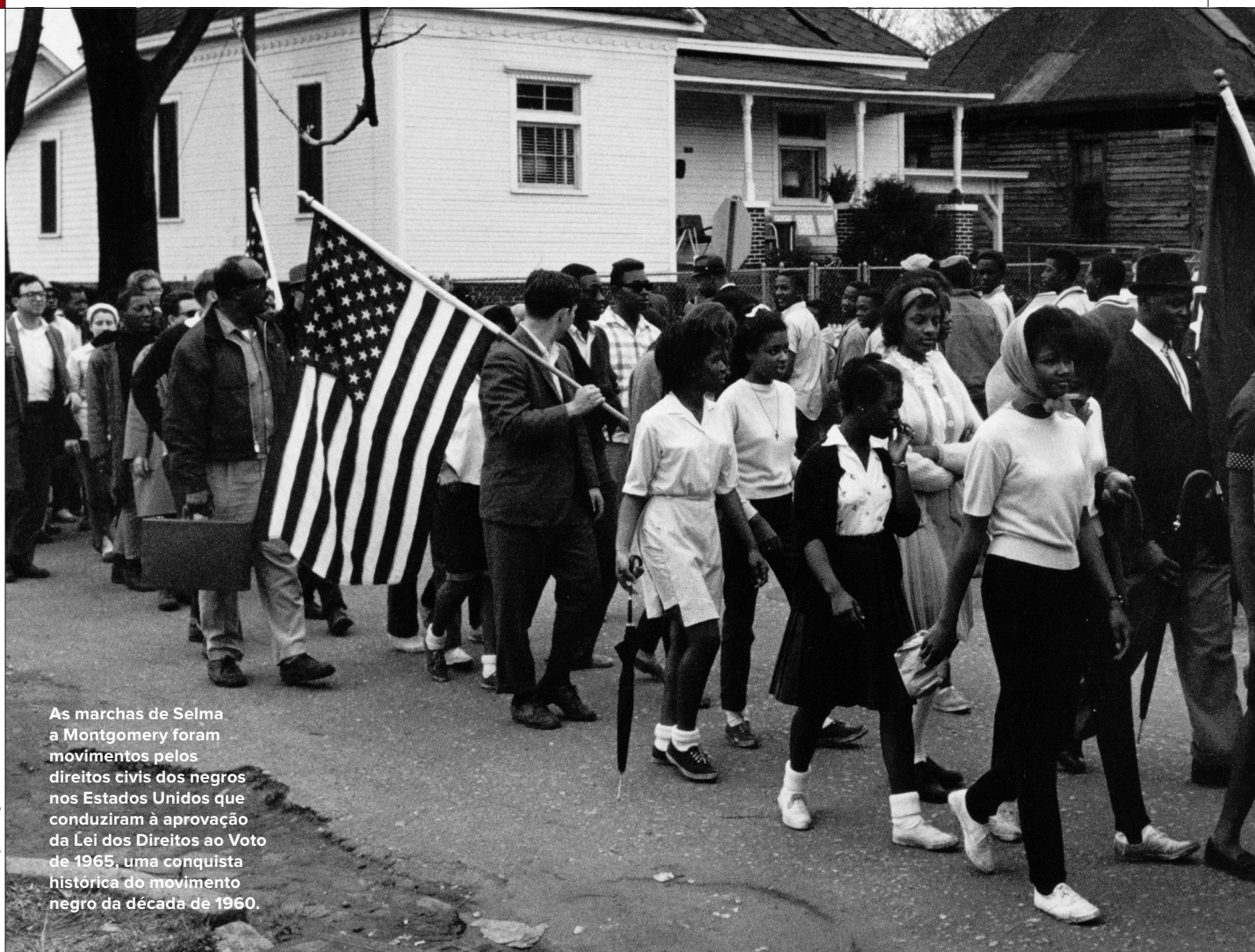
O Cruesp organizou em novembro de 2015 uma reunião entre as três universidades estaduais – Unesp, Unicamp e USP – para tratar das agências de inovação no Estado e dos impactos para o sistema inovativo da maior economia nacional a curto, médio e longo prazo.

A reunião foi excelente e os dados colhidos das agências Inova, USP e Inovação e da Auin refletem a importância das atividades da Auin para a consolidação da inovação na Unesp nestes 40 anos de existência. O notável de todos os dados estatísticos apresentados é que a Auin, ao se consolidar, dá um status diferenciado à Universidade, que simboliza a força e a pujança do interior paulista e de um sistema robusto de ensino, pesquisa, extensão e inovação.



Fabiola Spiandorello é gerente de Propriedade Intelectual da Agência Unesp de Inovação.

Vanderlan da Silva Bolzani é diretora executiva da Agência Unesp de Inovação e professora do Instituto de Química da Unesp em Araraquara.



As marchas de Selma a Montgomery foram movimentos pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos que conduziram à aprovação da Lei dos Direitos ao Voto de 1965, uma conquista histórica do movimento negro da década de 1960.

© Peter Pettus/Library of Congress/Wikimedia Commons

Conflitos raciais nos EUA

DESIGUALDADE
SOCIAL E
DISCURSOS
XENÓFOBOS
ALIMENTAM
VIOLÊNCIA

Os conflitos raciais nos EUA expõem a trinca de uma sociedade dividida em dois mundos: o branco – cercado de vantagens comparativas – e o negro – submisso às diversas formas de violências físicas e simbólicas. A brutalidade da polícia é a face derradeira dessa disparidade de condições, que se estende para todos os principais indicadores sociais.

As conquistas solidificadas nas lutas políticas pelos direitos civis foram sendo desmontadas, por políticas de austeridade seletivas, pelas administrações republicanas conservadoras.

Nem mesmo a eleição de um presidente negro, Barack Hussein Obama II (2009-2016), foi capaz de cessar e reverter esse processo. A base material dos conflitos é a profunda desi-

gualdade social que separa brancos de negros. O racismo – ideia de uma suposta superioridade racial – é a base simbólica, convertida em força material, incorporada às relações sociais cotidianas.

Os números evidenciam o tamanho dessa rachadura em cinco círculos que são os centros dessas desigualdades: renda entre os grupos sociais, situação da população carcerária, condições escolares, violência policial e direito à moradia.

Em 2014, a BBC produziu reportagem em que analisou os principais indicadores de cada um desses espaços sociais.

As pesquisas das instituições que serviram de fonte mantêm as linhas observadas antes,



mas com curva ascendente.

É profunda a desigualdade de renda entre os brancos e os afro-americanos. Com base na variação entre 1983 e 2010, os brancos têm em média seis vezes mais patrimônio do que os negros e hispânicos [Urban Institute].

As prisões são os locais onde essas diferenças se materializam. Os negros do sexo masculino recebem penas maiores do que os brancos, nas mesmas situações [U.S. Sentencing Commission].

Os afro-americanos representam 12% da população nacional. Mas os negros representam 40% da população carcerária [Stanford University].

Nas escolas, os negros têm índices de sus-

penção e expulsão maiores do que os brancos, numa proporção de 16% contra 5% [Office of Civil Rights – US Department of Education].

A situação atinge meninos e meninas. A diferença se amplia quando comparadas as condições dos dois grupos no ensino superior: os brancos com mais de 25 anos têm mais chances de concluir a licenciatura do que os negros: 34% contra 21% [Pew Research Center].

A percepção do tratamento dispensado aos negros e hispânicos se encaixa na realidade. Setenta por cento dos negros e 37% dos brancos acreditam que as oportunidades concretas da sociedade são negativas para não brancos [Pew Research Center].

A crise imobiliária aprofundou a linha do “apartheid norte-americano”. A população negra tem menos casa própria do que a população branca. Os brancos com casa própria somavam (2013) 73,4%. Os negros, 43,2%. Os hispânicos também estão abaixo da média nacional (65,2%), com 45,5% [United States Census Bureau].

As casas dos negros são menos valorizadas. A segregação residencial opera como fator de desvalorização dos imóveis das famílias negras. As hipotecas dessas famílias são de alto risco, mais vulneráveis à execução e à oscilação de preços [Brandeis University].

A arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik observou esse fenômeno, quando foi relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia Adequada [2008-2014]. De acordo com os seus relatos, o peso da crise imobiliária de 2008 caiu sobre os ombros das populações negras e hispânicas, expulsas de suas moradias e bairros. Elas arcaram com o mico dos papéis podres pulverizados pela queda dos preços nas bolsas de valores mundiais.

Os governos conservadores que se sucederam desde a década de 1970 deram a sua contribuição para esse cenário de desigualdade, com a adoção de políticas neoliberais e seus impactos negativos para a população negra: Richard Milhous Nixon (1969-1974), Gerald Rudolph Ford Jr (1974-1977), Ronald



Juarez Xavier é professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp de Bauri e coordenador do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Nupe).

JUAREZ XAVIER



© Jamelle Bouze/Wikimedia Commons



© Official White House Photo by Pete Souza

Acima, manifestantes marcharam pelas ruas de Ferguson, Missouri nos EUA, após o episódio em que um policial branco matou Michael Brown, um jovem negro de 18 anos, em agosto de 2014.

Ao lado, atual presidente, Barack Hussein Obama II (2009-2016), o primeiro afro-americano a ocupar o cargo nos Estados Unidos.

Wilson Reagan (1981-1989), George Herbert Walker Bush (1989-1993), George Walker Bush (2001-2009).

Para o pesquisador da Universidade do Texas (Austin) Joseph Straubhaar, a crise atual é resultado de acertos e erros na adoção das políticas dos direitos civis. Para ele, essas políticas tiveram êxito na promoção do acesso ao direito de voto, à educação de qualidade e à mobilidade social. Mas “todos nós subestimamos três questões importantes”: a durabilidade e a força do racismo, em especial nos estados do Sul; a ligação do racismo óbvio com o racismo mais sutil de caráter econômico, que bloqueou o acesso ao crédito para a população negra na compra da casa própria; e a reação –“blacklash” – contra a perda de poder dos brancos, em especial homens das velhas gerações –“força motora por trás do ‘Tea Party’ [articulação conservadora] e da campanha de [Donald John] ‘Trump’”, pelo Partido Republicano.

É nesse cenário de desigualdade e ressentimento racista que atua a polícia norte-americana. Para Straubhaar, o aparelho repressivo policial se deslocou do bloco dos direitos civis, e passou a operar segundo o “ethos local”, onde se concentram os incidentes e as mortes. “A situação piorou desde o ‘11 de setembro’ [ataque às torres gêmeas do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque], com a militarização das polícias, o aumento do uso de armamentos pesados, a presença da SWAT [Special Weapons And Tactics] e manifestações paranoicas contra os imigrantes, islâmicos e negros.”

O problema da violência está no racismo institucional da polícia, diz o pesquisador da Texas A&M International University Stuart Davis. Para ele, a instituição policial se separou dos cidadãos. As ações de violência da corporação são investigadas pela própria polícia. “A parte da polícia [Assuntos Internos] investiga as ocorrências, enquanto os sindicatos [como a “Ordem Fraternal da Polícia”] defendem os oficiais”. Esse mecanismo, de acordo com Davis, forma um circuito de impunidade, com intimidações a políticos e jornalistas interessa-



dos nas investigações das violações de direitos.

As violências raciais nos Estados Unidos, com particular evidência nos estados do Sul [American South], região mais conservadora, são resultado de profundas desigualdades sociais, que separam brancos de afro-americanos e hispânicos no acesso às oportunidades sociais.

O desmonte sistemático das conquistas políticas dos direitos civis aprofundou, nas últimas décadas, as contradições econômicas, sociais, culturais e políticas, pano de fundo dos assassinatos consentidos de jovens negros e hispânicos.

O foco das denúncias do movimento “Black Lives Matter (BLM) – Vidas Negras Importam” – com forte apoio entre jovens e artistas, como a cantora Beyoncé Giselle Knowles-Carter – são as manobras dos grupos conservadores, com os republicanos à frente, para reduzir a força política das comunidades negras e hispânicas.

A Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos recusou, em abril deste ano, proposta de republicanos conservadores para modificar as normas eleitorais, com a redução da repre-

sentação dos circuitos com maior população negra e hispânica, para beneficiar os circuitos com maioria da população branca.

Os discursos racistas, xenófobos, homófobos e machistas de Trump – em sintonia com os discursos de intolerância de fundo nazifascista em várias partes do mundo, inclusive no Brasil – alimentam os conflitos raciais nos Estados Unidos – nos dois lados da fronteira racial, como se viu nos últimos acontecimentos, em que o veterano Micah Xavier Johnson, 25, matou cinco oficiais.

A POLÍCIA NORTE-AMERICANA ATUA EM UM CENÁRIO DE DESIGUALDADE E RESENTIMENTO

É esse discurso de ódio que é o passaporte que alimenta as violências racistas de policiais incrustados no aparelho repressivo do estado, para quem “as vidas negras não importam”, como denunciam os jovens negros, hispânicos e brancos do BLM. UC

Cerca de 100 manifestantes bloquearam a linha de metrô, em St. Paul, Minnesota, para protestar contra o tratamento de Marcus Abrams pela polícia. O jovem negro, com 17 anos e autista, foi violentamente preso em 2015.



O novo direito à desconexão

MUNDO DO
TRABALHO
PASSA POR
TRANSFORMAÇÕES

A Revolução da Tecnologia da Informação impactou fortemente o mundo do trabalho, gerando transformações profundas e talvez ainda não de todo conhecidas ou reconhecidas. Em alguns casos, isto se vê com clareza. É perfeitamente possível o autoatendimento nos postos de abastecimento (de combustível ou energia), como ocorre em muitos países. Mas, no Brasil, uma lei de 2000 impede essa tecnologia, ou seja, proíbe “bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor”, para salvaguardar os empregos dos frentistas. Da mesma forma, a polêmica do aplicativo Uber: os taxistas podem ser uma categoria em extinção se for permitido a qualquer motorista transformar o seu veículo particular em veículo de aluguel. Ainda mais recentemente, na França foi proibido que a Amazon fizesse entregas gratuitas de livros para tentar salvar as livrarias. É a lei “anti-Amazon”, de 2014. Brigar contra o avanço

da tecnologia é uma luta inglória: a empresa americana, então, passou a cobrar 1 centímo por entrega, o que dá quase na mesma coisa.

O fato é que a TI impactou o trabalho de muitas formas. Em primeiro lugar, instituiu o teletrabalho, nova forma de prestação de atividade laboral que vem sendo amplamente aceita e praticada, inclusive no setor público. Como ocorria antes da Revolução Industrial – quando o artesão trabalhava em casa –, o trabalhador não precisa mais se deslocar até a empresa. Pode trabalhar em casa, o que é bom para todos. Bem, mas isto gera uma série de problemas porque a legislação trabalhista foi pensada para proteger o empregado que se desloca até a empresa. Assim, por exemplo, como fica sua jornada de trabalho? E os intervalos? A jornada de trabalho é uma conquista histórica dos trabalhadores porque fixa um período máximo em que o trabalhador fica na empresa, à disposição do empregador. É




o chamado “tempo alienado”. Mesmo com registro biométrico, como medir e impedir a sobrecarga de tarefas, considerando a desnecessidade do deslocamento? Ademais, o teletrabalho permite que o trabalhador execute suas tarefas fora do horário comercial ou do período diurno. Isso pode ser do interesse dele próprio, como ocorre, por exemplo, com um programador notívago. E o adicional noturno?

De outro lado, surge problema sério ligado ao uso intensivo da TI, que é a superexploração do trabalho com consequências diretas na saúde do trabalhador. Ela se manifesta, por exemplo, no “plantão” que o direito chama de sobreaviso. Diz o direito brasileiro que está em sobreaviso o empregado que, permanecendo em casa e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, ficar em regime de plantão, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso. Como as

empresas dependem de sistemas informáticos para funcionar, os trabalhadores da TI, como os escoteiros, precisam ficar “sempre alertas” porque, se o sistema cair, eles serão chamados para resolver o problema. Bem, mas o trabalhador tem direito ao repouso. Se ele permanece fora da empresa, com o celular ligado, sabendo que pode ser chamado a qualquer momento, isto significará que o seu tempo de descanso foi prejudicado. A empresa terá de pagar por isso, ainda que não convoque o empregado. Porém pagar não resolve.

Na França, recentemente, foi aprovada lei que garante o “direito à desconexão”: o direito de o empregado poder desligar seu celular e ficar desobrigado de responder a e-mails, sem qualquer consequência negativa na relação de emprego. Isso porque o indivíduo deixa fisicamente a empresa mas não o trabalho, que vai junto com ele. Assim, deve-se proibir esta confusão entre vida pessoal e vida profissional. Para tanto, é preciso garantir a desconexão como direito fundamental, o que lá foi feito num projeto de lei, amplo e controvertido, que inclui importante capítulo sobre a adaptação do trabalho à era digital.

Enfim, a tecnologia da informação tanto afeta negativamente certas categorias (como os taxistas ou os bancários, por exemplo, outrora com enorme poder de pressão) quanto age para fazer surgir novas categorias e formas de trabalho (como o teletrabalho e os profissionais de TI, que são indispensáveis). A questão é saber se a legislação brasileira está adaptada à nova realidade do mundo do trabalho ou se será necessária uma revisão total e completa de nossa legislação trabalhista que, como se sabe, é de 1943, muito anterior ao surgimento do próprio computador e da telemática. Além disso, a questão mais profunda é saber se haverá proteção eficaz possível do emprego em face da automação, como manda a Constituição. O caso da lei “anti-Amazon” mostra o contrário. Os taxistas, assim como as imobiliárias, as agências de viagem e os buquinistas do Sena, estarão com os dias contados? 



José Roberto Fernandes Castilho é professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente e procurador do Estado.

KARINA STANGE CALANDRIN

O muro é chamado de “Cerca de Separação” ou “Cerca de Segurança” pelo governo israelense, segundo o qual o propósito da construção seria o de evitar a infiltração de terroristas em Israel.



© Wikimedia Commons

O Terror em Israel e na Palestina

TEXTO DISCUTE SE HÁ UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

Atos de terror sempre foram comuns na região que compreende atualmente Israel e Palestina. Mesmo antes da criação do Estado de Israel, na década de 1930, já existiam ataques terroristas (por parte tanto dos judeus quanto dos árabes). Nas últimas décadas o que vemos são ondas de terror esporádicas, mas longe de um fim definitivo. Apesar de toda a repressão por parte dos israelenses e do contínuo aperfeiçoamento de seus aparatos militares, os atos terroristas não são erradicados. Podemos nos perguntar se a raiz deste problema não seria a própria postura de Israel em relação a eles.

No dia primeiro de abril completaram-se

seis meses da atual rodada de violência na região, e as Forças Armadas de Israel veem um declínio no número de ataques, a maioria dos quais ocorre nos finais de semana. Os dados do mês de março ainda não foram computados, mas estima-se que foram menos que os 155 ataques que ocorreram em fevereiro.

Em outubro de 2015, quando a “onda de terror” começou, houve 620 ataques na Cisjordânia, em Jerusalém, dentro da Linha Verde[i] e ao redor da Faixa de Gaza. Esse número inclui também a utilização de dispositivos incendiários. A nova onda de terror, conhecida também por “A Intifada das Facas” (por ter como principal fonte de ataques esfaqueamentos),

tem um significado claro: o cansaço da população palestina pela presença (civil e militar) de Israel nos territórios ocupados, com destaque para a Cisjordânia. Os ataques são realizados em sua maior parte por civis palestinos não ligados a grupos extremistas, como o Hamas, que portam apenas facas. O estopim da atual situação foi o esfaqueamento de civis em um ponto de ônibus em Be'er Sheva, uma cidade israelense localizada no deserto do Negev. O primeiro ataque foi no dia primeiro de outubro de 2015 em Nablus, com o assassinato, também por esfaqueamento, de um casal de civis israelenses.


Uma diferença entre o que existe hoje na região em relação às últimas intifadas[i], com destaque para a de 2000, é que ainda há liberdade de movimento na Cisjordânia; um palestino que quer ir do norte da cidade de Jenin, na Cisjordânia, para Ramallah, ao norte de Jerusalém, pode fazê-lo sem passar por postos de controle das Forças Armadas de Israel. Mesmo quando o acesso a aldeias ou cidades foi ostensivamente limitado esses limites eram temporários. De acordo com o site oficial do Ministério das Relações Exteriores de Israel, o governo israelense leva em consideração as necessidades da população palestina e por isso não quer limitar por completo o direito de ir e vir dos habitantes locais. Entretanto, o cerne da questão que acaba por incentivar a população a lutar de forma extrema contra, que é a ocupação por israelenses dos territórios palestinos, não vê mudança.

Um incidente do fim de março, em que um soldado atirou e matou um terrorista palestino já ferido e deitado no chão em Hebron, mais uma vez levantou a questão das regras de engajamento[iii]. De acordo com as regras das Forças Armadas de Israel, antes de iniciar as operações militares na Cisjordânia, os soldados são testados por escrito sobre os seus conhecimentos de instruções para abrir fogo e simulações são conduzidas. “Se a sua vida está em perigo – não há dilema. Essa é a base para as regras para abrir fogo. Elas são claras, eu não acho que há uma zona cinzenta”, disse

um comandante de brigada da infantaria, falando antes do incidente em Hebron.

Muito ainda deve ser debatido sobre como as Forças Armadas israelenses são empregadas em relação aos palestinos na Cisjordânia e em Gaza. O Ministro da Defesa disse que as negociações com os palestinos não são sobre um fim completo da atividade israelense em cidades palestinas, mas um acordo para que Israel realize as operações nos casos em que as forças de segurança palestinas não ajam com o intuito de frustrar atividades terroristas.

MUITO AINDA DEVE SER DEBATIDO SOBRE COMO AS FORÇAS ARMADAS ISRAELENSES SÃO EMPREGADAS EM RELAÇÃO AOS PALESTINOS NA CISJORDÂNIA E EM GAZA

Moshe Ya'alon conclui sobre a situação com uma frase um tanto problemática sobre o futuro da Cisjordânia e o conflito Israel-Palestina: “Não é uma questão política, mas de segurança. O que eles não fazem nós vamos ter que fazer, mas de forma alguma nós vamos abster-nos completamente da entrada na Área A[iv]”. Com essa frase podemos esperar que muitos ataques ainda estejam por vir e por um longo tempo, apesar do atual declínio, como forma de retaliação à postura de Israel na região, sem dar a devida autonomia para os palestinos, como eles esperam e necessitam. 

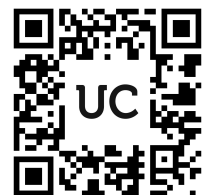
NOTAS

[i] Fronteira entre Israel e os Estados vizinhos definida após a Guerra de Independência de 1948.

[ii] Levante popular palestino contra Israel.

[iii] Regras de engajamento em uma operação militar determinam quando, onde e como deve ser usada a força.

[iv] Definida nos Acordos de Oslo (que dividiam a Cisjordânia em três áreas, A,B,C), a área A corresponde a 18% da Cisjordânia e possui controle militar e civil palestino.



Karina Stange Calandrin é mestrandia em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e pesquisadora do Gedes – Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp de Franca.





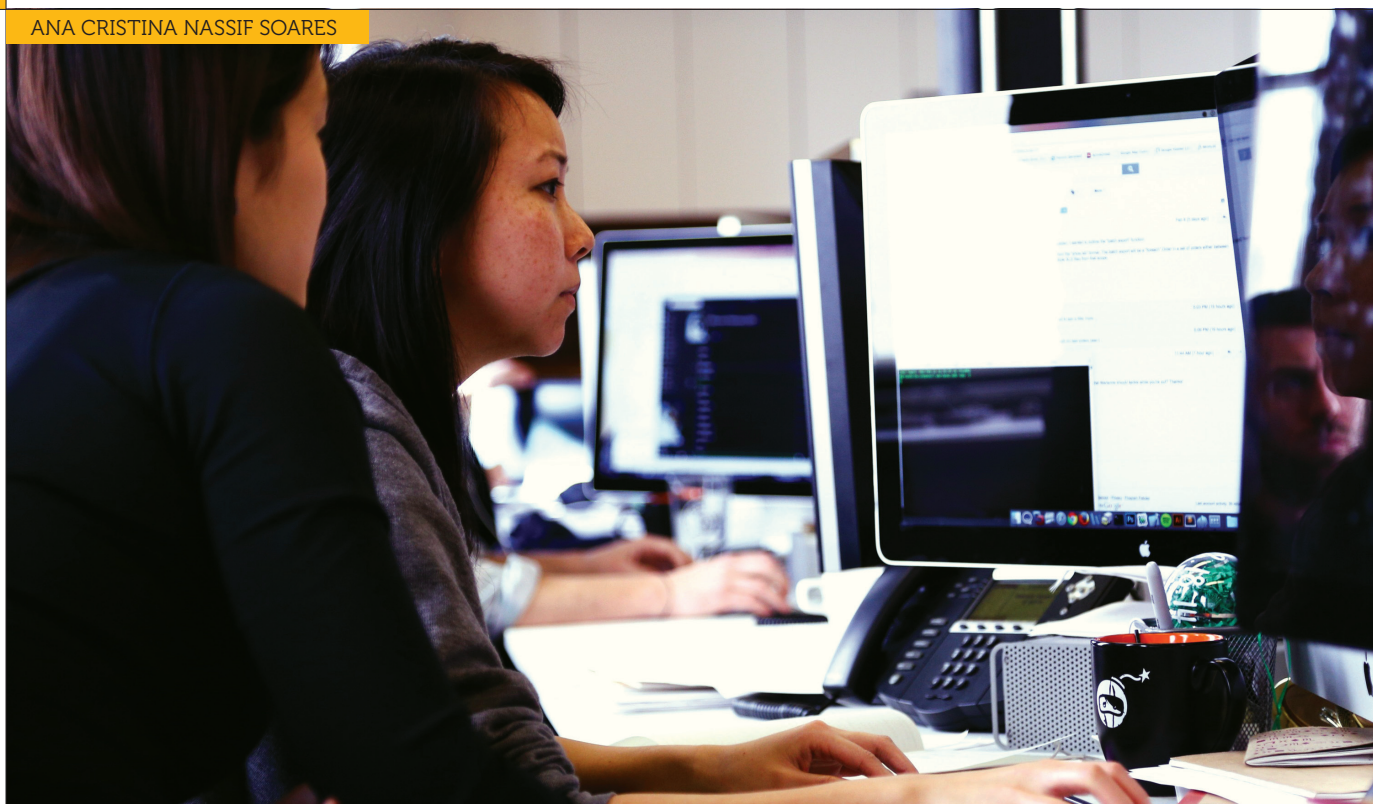
Mulheres chefes de família

UMA CONDIÇÃO
QUE NÃO PARA
DE CRESCER

Muitas configurações familiares que observamos atualmente no Brasil não são novas; desde a colônia encontramos famílias nucleares, extensas, unipessoais e, as que focamos aqui, as famílias chefiadas por mulheres, quer elas tenham ou não um companheiro. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados a partir dos censos de 2000 e 2010 mostram que, no primeiro, 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares eram chefiados por mulheres, enquanto que, no segundo censo, as mulheres chefiavam 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios registrados. Observamos, assim, um crescimento de 13,8%.

O aumento desta configuração familiar se deve a vários processos. Um destes refere-se ao crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, por ter um baixo valor atribuído à sua força de trabalho e por ser menos qualificada; os valores clássicos que afirmavam ser o casamento o caminho de ascensão social estabelecido à mulher foram, aos poucos, se modificando, principalmente entre pessoas de nível social mais elevado,

ANA CRISTINA NASSIF SOARES




Ana Cristina Nassif Soares, psicóloga, professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp de Franca, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (Gepefa), membro do Divergente – Grupo de Pesquisa em Gênero, Poder e Resistências, da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB de Franca, SP, é autora do livro *Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico* (Editora Unesp/FDHSS/Franca, 2002).

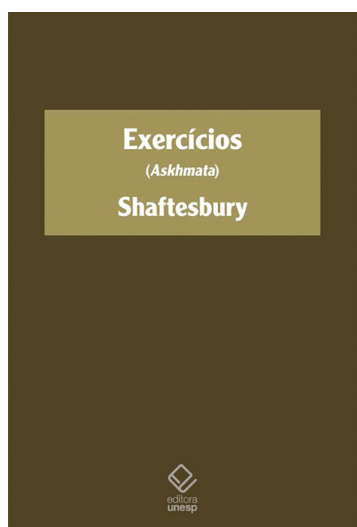
em que o poder de decisão é maior. Outro processo mostra, claramente, o aumento da situação de pobreza no Brasil e a tendência recente do mercado de trabalho de valorizar a prestação de serviços, mais que o emprego com carteira assinada, fazendo com que a situação dos homens, fora desse mercado, se agravasse. Tornou-se, então, difícil para eles manter-se na posição de provedores da família, o que contribuiu para o crescente número das separações conjugais, entre 1984 e 1990. Observou-se, ainda, que as mulheres chefes de família tinham uma participação mais intensa nas tarefas econômicas do que as mulheres casadas, com companheiro e filhos.

As famílias chefiadas por mulheres, além de sofrerem, ainda, preconceito, vivem em condições econômicas precárias. Sabemos que as mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens; com o agravamento do desemprego e o aumento do mercado informal, onde se concentra a maior parte das mulheres trabalhadoras – apesar de leis que possibilitam sua inserção no mercado formal –, há uma piora em sua situação, pois homens migram para esses setores. Sendo por vezes a única adulta no domicílio, as crianças tendem

a se inserir precocemente no mercado de trabalho, ficando expostas a vários riscos. Estas mulheres raramente têm tempo para lazer, pois sua prioridade é a sobrevivência da família.

Além disso, há também o julgamento do desempenho do papel de mãe, em função do modelo imposto pelo ideal burguês que dita o que e como fazer. Esta fragmentação da maternagem exclui a mulher da possibilidade de conceber formas de cuidados com a prole que sejam mais coerentes com seu contexto. Assim, são vistas como “culpadas” por não atenderem aos padrões preestabelecidos: o conceito de amor materno e, posteriormente, o de instinto materno, como algo pertencente à mulher, reforçam as atitudes de recriminação constantes dirigidas àquelas que não atingem o patamar estabelecido como “ótimo” na criação dos filhos. Cristalizam-se as expectativas femininas de gênero.

Nesses tempos sombrios existe o Estatuto da Família em tramitação no Congresso Nacional que, se aprovado, penalizará novamente essas mulheres chefes de família, pois serão excluídas do conceito de “família” e de qualquer direito social que pudesse, ainda que pouco, auxiliá-las em tão complexa realidade. 



Clássico ensina como se tornar filósofo

O que é filosofia? Para Anthony Ashley Cooper (1671-1713), o terceiro conde de Shaftesbury, esta é uma questão prática: conhecer a si mesmo e aprimorar-se. Não há distinção entre estudar ou aprender filosofia e tornar-se filósofo. Assim, as chamadas especulações filosóficas seriam exercícios. Exercícios para formar ideias, para olhar para dentro de si mesmo e descobrir o que é útil para a vida, o lugar que ocupamos no cosmos. Entre 1698 e 1704, Shaftesbury dedicou-se incansavelmente a descobrir as maneiras de fortificar a mente, a como nos integramos melhor a uma ordem maior do que nós mesmos. O resultado, ele reuniu em dois cadernos que intitulou “Askhmata”, que significa, entre outras coisas, “exercícios” em grego.


Estes *Exercícios* (Askhmata), publicados agora pela primeira vez em português pela Editora Unesp, foram valiosos para Shaftesbury na construção de sua curta carreira filosófica, que começa em 1708 e termina com sua morte, em 1713, carreira que influenciaria pensadores como Hume, Kant, Diderot, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Goethe, Mendelssohn e Adam Smith.

Suas ideias, que retomam o legado estoicis-

ta da Antiguidade, marcariam o século XVIII. Também articularia, como nota Pedro Paulo Pimenta na apresentação da edição brasileira, os domínios da ética e da estética em um modo de fazer filosofia “muito próximo da concepção que os artistas – o escultor, o pintor, o poeta – têm de seus respectivos ofícios”. Isso significa imitar e adquirir regras externas que, depois de incorporadas, se tornam imanescentes.

E a aquisição dessas qualidades pode ser realizada em atividades rotineiras e laboriosas, tal qual o atleta que se exercita nos ginásios antes de demonstrar a força e a agilidade adquiridas em público.

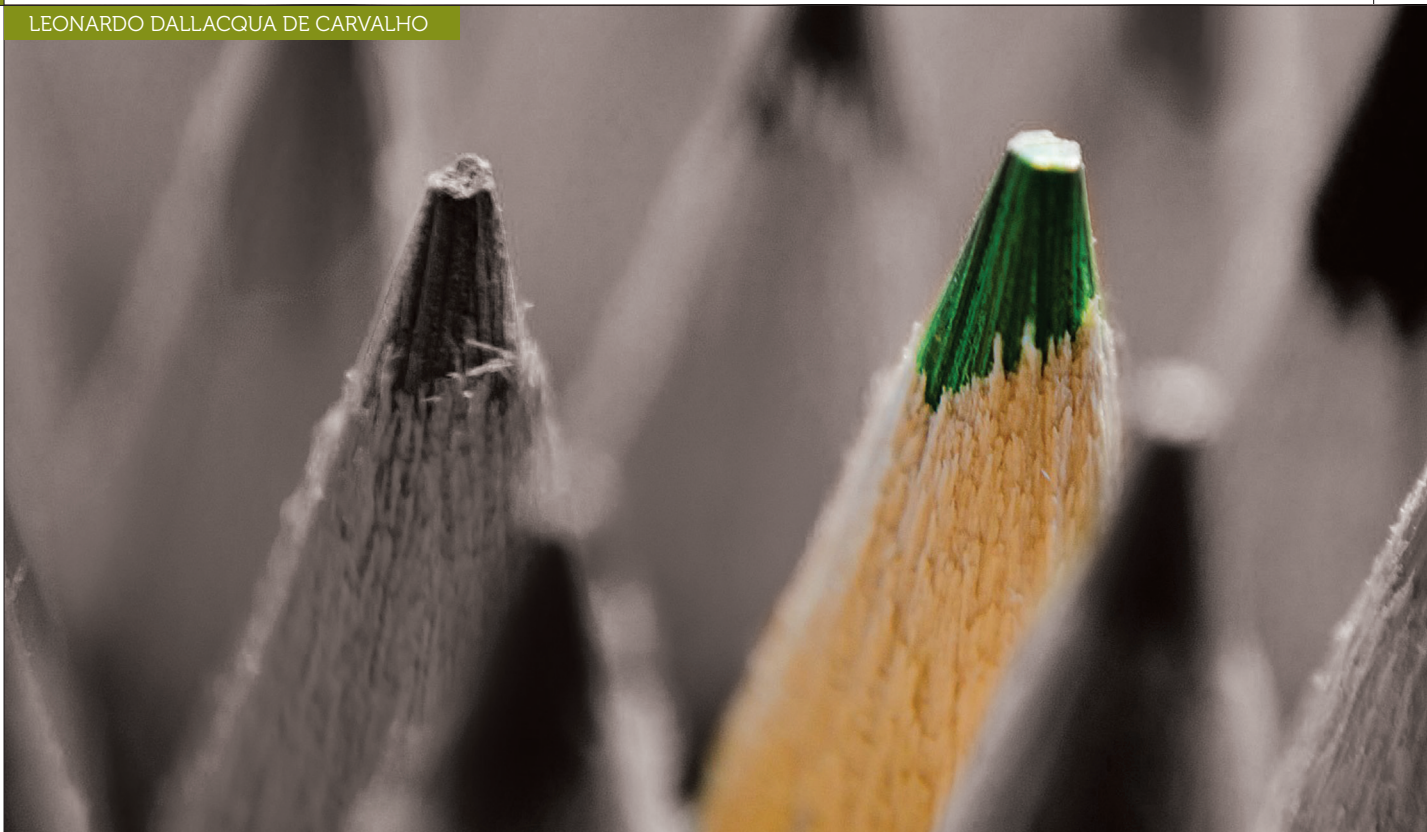
Esta é a proposta de *Exercícios*: variações de uma “ginástica” da mente. Permitir fortificar uma mente, ensiná-la a “curar inquietude, agitação e ansiedade, e encontrar o que tem o poder de satisfazer e contentar”, justificando a sua existência no seio da humanidade.

Este lançamento também possibilita ao leitor brasileiro descobrir ou renovar seu contato com um dos grandes nomes da filosofia inglesa, ainda não estudado por aqui com o afincamento que alemães, franceses e ingleses dedicaram ao legado shaftesburyano no Século das Luzes. 



Exercícios (Askhmata), Shaftesbury, Organização, tradução e apresentação: Pedro Paulo Pimenta, 191 p., R\$ 48,00.

Mais informações sobre a Editora Unesp: www.editoraunesp.com.br



© Freemagics

A quem interessa a doutrinação do Escola Sem Partido?

PROPOSTAS
SERIAM
TENTATIVA DE
NEUTRALIZAR
DISCUSSÕES
PLURAIS

Quando este tema é chamado à baila, lembro do artigo do professor Christian Laville intitulado *A Guerra das Narrativas*, publicado na prestigiosa *Revista Brasileira de História*. Em síntese, o referido trabalho é um estudo realizado por Laville que demonstra como a narrativa histórica pode ser apropriada e (re)modelada segundo interesses específicos. No Japão, por exemplo, o autor cita a obrigatoriedade de uma certa “eufemização” de alguns conceitos da história política daquele país para a construção de uma imagem positiva.

Assim, quando o professor for explicar a invasão da China pelo Japão na década de 1930, ele deve utilizar o termo “progressão militar”, pois é mais suave que o termo “invasão”.

Uma “Guerra das Narrativas” está presente na política dos Estados, ora como uma Guerra Fria, intramuros das produções intelectuais, dos manuais e das reformas curriculares, ora

como Guerra Campal, desnudada perante a sociedade. Todavia, o combate nunca deixou de ser travado. Com as propostas do Escola Sem Partido, vivemos a Guerra Campal das narrativas. Travestidas de uma suposta “democratização” do ensino, tais propostas visam impor um modelo que opere como censura da liberdade de pensamento e como forma proibitiva de dissertar a respeito de alguns temas, principalmente daqueles de cunho ideológico considerados de esquerda. Se na ditadura militar a censura vinha acompanhada do famigerado fardamento verde, agora, ela veste a roupagem dos “cidadãos preocupados”. Esta censura faz parte de um projeto nebuloso de nação preocupada em impor uma narrativa histórica hegemônica de Brasil, seja ela no ofício de historiadores ou nos níveis de educação da população.

O Escola Sem Partido é uma reação de grupos que buscam neutralizar qualquer discussão



ambiente escolar do que qualquer outro suposto discurso. Frequentemente, religiões de matriz afrobrasileira são demonizadas; obras da literatura nacional que versam sobre candomblé ou umbanda sofrem uma espécie de *Index Librorum Prohibitorum*; a facultativa disciplina de Ensino Religioso, que deveria ser plural e aglutinadora do respeito à crença, tornou-se para muitos um palanque de disputa das religiões dominantes por cabeças.


Há pouco tempo, falava-se na remodelação do ensino de História ou até mesmo na supressão do seu conteúdo, restringindo-o ao máximo. A dita preocupação com a “doutrinação” tenta iludir principalmente àqueles assustados com a atual conjuntura do extremismo e da polaridade política no país, sobretudo, oferecendo-lhes uma suposta neutralidade

SE NA DITADURA MILITAR A CENSURA VINHA
ACOMPANHADA DO FAMIGERADO FARDAMENTO
VERDE, AGORA, ELA VESTE A ROUPAGEM
DOS “CIDADÃOS PREOCUPADOS”

social, plural e de contextualização histórica pensada na contestação da organização social/econômica hierárquica da sociedade brasileira. Sua falsa neutralidade não clama pela “ausência de ideologias”, mas pela imposição da sua ideologia como dominante, confeccionando um tipo de discurso padronizado. Basta entrar em qualquer sala de aula do país para compreender a falseabilidade da predominância de uma doutrinação de esquerda. Pergunte a uma classe do último ano do ensino médio quantos ali se denominam “esquerdistas”. Aliás, basta frequentar uma sala de professores para notar como o pensamento vem sofrendo uma guinada à direita nas últimas décadas. Mais ainda, o que se percebe, em algumas partes, é uma juventude seduzida por uma atmosfera radicalizada, guiada por amantes de torturadores e fanáticos religiosos.

Os efeitos da exponencial catequização escolar são muito mais evidentes à luz do

pacificadora. Uma miragem que beira a inocência, especialmente porque o Escola Sem Partido age como um instrumento ideológico de doutrinação ao medir forças com aquilo que elege como “problema”. Resta investigar a quem interessam tais medidas. Uma das respostas pode estar presente na bibliografia que o referido grupo insistentemente dissemina, recheada do viés doutrinário que lhes interessa. Em outras palavras, podemos questionar qual o partido do Escola Sem Partido.

No artigo de Laville, mencionado no início deste texto, o autor cita um trecho do livro do escritor tcheco Milan Kundera denominado *O Livro do Riso e do Esquecimento* (1978) que, oportunamente, serve para finalizarmos esta reflexão: “Para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória. Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa lhes escreve outros livros, lhes dá outra cultura e lhes inventa uma outra História”. 



Leonardo Dallacqua de Carvalho é graduado e mestre em História pela Unesp. Atualmente, doutorando em História na Fundação Oswaldo Cruz – RJ.



Revisão do programa Ciência sem Fronteiras

TEXTO REFLETE SOBRE ACERTOS E EQUÍVOCOS DO PROGRAMA

O recente anúncio de mudanças no Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) trouxe grande inquietação à comunidade acadêmica do país. As principais mudanças estão associadas ao fim do financiamento dos intercâmbios para estudantes de graduação e à criação de um programa de capacitação em inglês para alunos do ensino médio de baixo poder aquisitivo.

Este texto traz algumas questões à reflexão e mostra que contrariamente a uma corrente de opinião expressiva, o Programa teve muitos acertos e foi crucial para o avanço da política de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) do país. É também inegável que equívocos foram cometidos em sua implementação e acompanhamento.

Talvez as questões mais importantes estejam associadas a sua avaliação e à definição de seus objetivos iniciais. A meta de maior destaque do programa foi quantitativa, “enviar 100.000



estudantes ao exterior”, existindo poucas (ou nenhuma) metas qualitativas.

Mostrar à população do país os benefícios do programa obriga a uma avaliação que considere aspectos qualitativos e não quantitativos, e isso não foi feito. Mesmo sem as metas qualitativas definidas desde o início, uma avaliação mais consistente, similar por exemplo ao que foi feito com o maior dos programas de mobilidade do mundo, o programa Erasmus europeu através do *Erasmus Impact Study*, que terá alguns dados citados aqui, deveria ter sido feita.

Outro problema evocado diz respeito ao reconhecimento das atividades acadêmicas realizadas no exterior. Dados de programas de mobilidade do mundo todo indicam que esta dificuldade não é exclusiva do CsF. Além disso, é inegável que o programa obrigou as IES do país a discutir a questão, e mais que isso, fez com que parte delas passassem a analisar

as possibilidades de alteração em seus regulamentos e em suas estruturas curriculares e abordagens pedagógicas, e isto é fundamental para a melhoria dos cursos oferecidos no país.

A falta de conhecimento de idiomas estrangeiros por parte dos nossos estudantes constituiu também uma importante barreira. É evidente que este foi um dos principais problemas encontrados para a efetiva implementação do programa. A resposta, tardia mas importante, foi o desenvolvimento do programa Inglês sem Fronteiras, que, após a inclusão de outros idiomas, passou a se denominar Idiomas sem Fronteiras (IsF). Por meio deste programa, Centros de Idiomas foram criados em universidades federais, visando capacitar estudantes em línguas estrangeiras, inicialmente em inglês e posteriormente em outras línguas. Este efeito secundário do programa CsF, que também envolveu a oferta de ensino de português como língua estrangeira a estudantes

que desejem vir estudar no Brasil, redundou na constituição da primeira política pública relativa ao ensino de idiomas estrangeiros no ensino superior do país. Muito ainda precisa ser feito, mas bases sólidas já foram lançadas.

O destino dos estudantes também foi criticado, pois um número reduzido teria ido para as 25 melhores Instituições de Ensino Superior (IES) do mundo. Considerando que no mundo existem cerca de 20.000 IES, enviar estudantes a IES que estejam, por exemplo, entre as 500 melhores do mundo (2,5% das existentes e onde encontramos somente 4 brasileiras segundo o Ranking Times Higher Education) certamente oferece a eles uma excepcional experiência acadêmica e indica a precariedade do argumento contrário.

Talvez a reação mais radical, contrária ao Programa, tenha como explicação os desvios de recursos de outros programas para sua implementação. Sem entrar na questão da importância comparativa entre diferentes programas para a construção de um país apto a atuar no mundo atual, pretende-se mostrar a importante contribuição do CSF neste cenário. É necessário também neste contexto ter em mente que formar jovens para liderar o país

MOSTRAR À POPULAÇÃO DO PAÍS OS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA OBRIGA A UMA AVALIAÇÃO QUE CONSIDERE ASPECTOS QUALITATIVOS E NÃO QUANTITATIVOS

é algo que necessita de investimento massivo e as comparações apresentadas em relação a custos não fazem sentido.

Entre outros, os argumentos apresentados acima foram utilizados na mídia como justificativa para a supressão das bolsas para mobilidade dos estudantes de graduação, que deveriam ser descontinuadas para privilegiar intercâmbios de doutorandos e pesquisadores.

É inegável que para o avanço da ciência, para a construção de parcerias que levem a colaboração científica entre as IES brasileiras e do exterior, este tipo de mobilidade deve ser



© Divulgação/CNPq

assegurado e incentivado. Entretanto, ele não precisa ser o vetor principal dos programas de mobilidade de um país.

Para sustentar esta afirmação apresentamos dados do programa Erasmus europeu, que tem objetivos geopolíticos específicos, mas é o maior programa de mobilidade do mundo. O *Erasmus Impact Study*, indica que foram aplicados 3,1 bilhões de euros, efetivando a mobilidade de 1,6 milhão de estudantes na Europa de 1987 a 2014 (incluindo também a mobilidade de 300.000 técnicos e professores).

O mesmo estudo mostrou que, em 2013, 64% dos empregadores europeus consideravam que uma experiência no exterior era importante para a empregabilidade e influenciava fortemente a carreira e a vida dos estudantes. O estudo mostrou que estudantes europeus que participaram de programa de mobilidade tiveram sua empregabilidade bastante aumentada (cerca de 25%) bem como as chances de ficar desempregados diminuídas pela metade.

O estudo indicou também que em 2013-2014 (mantendo a tendência dos anos anteriores) somente 1% das mobilidades na Euro-



Evento no Pavilhão do Brasil da Expo Milão serviu para que estudantes do País dialogassem sobre inserção no mercado de trabalho

pa foi realizada por estudantes de doutorado e 29% por estudantes de mestrado. A análise desses números deve considerar que na Europa o período que um estudante leva para obter um bacharelado mais um mestrado é similar, na maioria das carreiras, ao período que um estudante brasileiro leva para obter sua graduação. Mesmo considerando outras fontes de financiamento (programas Marie Skłodowska-Curie), o número de mobilidades de estudantes de doutorado não é expressivo quando comparado ao de outros tipos de mobilidade.

Em relação especificamente à questão dos tipos de bolsa, pode-se considerar também análise do McKinsey Global Institute de 2010, *How to Compete and Grow*, que indica que mesmo nos Estados Unidos o setor de tecnologia intensiva de pesquisa não é o grande propulsor do crescimento, papel exercido pela difusão da tecnologia realizada por pessoas talentosas. Os egressos do CsF são perfeitos para desempenhar esse papel.


Outra crítica constante encontrada na grande imprensa diz respeito aos estudantes que não desenvolveram as atividades acadêmicas

previstas em seus programas de intercâmbio. Estudantes deste tipo existem em todos os programas de mobilidade do mundo e em proporções similares. As providências que devem e vêm sendo tomadas pelas agências brasileiras são análogas às que se praticam na Europa: obrigar os estudantes a devolver a totalidade dos recursos neles aplicados.

Ao invés de supervalorizar estes casos residuais, como tem sido feito, é importante reconhecer os excelentes resultados obtidos pelos estudantes brasileiros nas instituições estrangeiras. Um número expressivo de bolsistas do programa CsF foi classificado, nas IES que os receberam, entre os melhores alunos de suas turmas e promoções. Todas as agências estrangeiras responsáveis pela alocação dos bolsistas brasileiros em IES de seus países têm muitos casos deste tipo a relatar.

Apesar de todos os problemas, é patente que o programa efetivamente colocou o Brasil no mapa da educação superior internacional como indicou Cristian Muller, o ex-diretor do DAAD no Brasil. Mais que isso, o programa CsF foi efetivamente a primeira política pública voltada à internacionalização da educação superior do país, e como tal deve ser valorizado.

Neste contexto, propõe-se que a nova versão do programa CsF considere um modelo implementado através de consórcios (compostos por instituições de diferentes segmentos – público, privado, confessional – e regiões) liderados por IES brasileiras com maior experiência internacional, pois as parcerias dos membros favoreceriam a mobilidade a custos reduzidos. Mobilidades de alunos de graduação, pós-graduação (incluindo mestrado), professores, mas também de técnicos administrativos seriam asseguradas. Além da mobilidade, ações da capacitação dos membros menos experientes beneficiariam o processo de internacionalização das IES participantes.

A educação superior brasileira estará certamente dando um grande passo em direção às melhores práticas e ações já realizadas no mundo e, deste modo, contribuindo para o desenvolvimento do país. 



José Celso Freire Junior é assessor-chefe de Relações Externas da Unesp e presidente da FAUBAI – Associação Brasileira de Educação Internacional, que representa cerca de 200 diretores de Relações Internacionais de Instituições de Ensino Superior de todo o Brasil.

Casos de aids voltam a crescer no Brasil

TEXTO MOSTRA QUE É FUNDAMENTAL O AUMENTO DOS INVESTIMENTOS EM PREVENÇÃO



Rodolpho Telarolli Jr. é médico, doutor em Saúde Coletiva e professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Unesp em Araraquara.

A Organização Mundial da Saúde divulgou há poucos dias números preocupantes sobre a evolução da aids no Brasil. Entre 2010 e 2015 aumentou de 700 mil para 830 mil o número de doentes no país, com 15 mil mortes por ano pela doença. O maior incremento na incidência da aids ocorreu entre gays e homens heterossexuais que eventualmente mantêm relações sexuais com outros homens.

Com esses números, o Brasil segue na contramão da redução da doença no mundo. Segundo Michel Sidibé, responsável pelo programa de aids da OMS, “o Brasil deixou de ser o melhor aluno da classe”. De modelo mundial nas ações de combate à doença na década de 1990, perdemos o protagonismo e hoje a situação se inverteu, por falta de políticas consistentes para o problema.

Em 2014 o governo brasileiro investiu 800 milhões de dólares no combate à aids, dos quais apenas 6% foram destinados à prevenção. Na

última década o controle da doença centrou-se na distribuição de medicamentos para 452 mil portadores do vírus HIV, na distribuição de preservativos e na realização, em número muito aquém do ideal, de testes diagnósticos. A consequência é que o diagnóstico da aids tem ocorrido mais tardiamente que no passado, explicando parte do aumento no número de casos. Outro fator que explica essa piora é a menor adesão ao uso do preservativo, após o advento de tratamentos medicamentosos capazes de controlar a doença.

No início da epidemia, na década de 1980, a aids chegou a ser chamada de “peste gay”, pois nos primeiros anos as vítimas da doença concentravam-se nessa parte da população; por mais de uma década, a aids foi utilizada para alimentar toda sorte de preconceitos contra homossexuais. Após alguns anos, a doença espalhou-se para toda a população. Foi nesse momento, na década de 1990, que o governo



brasileiro desenhou um dos melhores programas mundiais de combate à aids, baseado no tratamento dos portadores do HIV, no diagnóstico precoce e na prevenção da transmissão, através de ações educativas.

Estima-se hoje que homens que fazem sexo com homens têm 24 vezes mais chance de contrair aids e prostitutas e usuários de drogas injetáveis têm 10 vezes mais chance de adoecer que a população em geral. Em saúde pública, os recursos são sempre menores que as necessidades. A regra é priorizar as ações para os grupos mais suscetíveis aos problemas, sejam eles doenças crônicas, como o câncer, ou doenças transmissíveis, como a aids e outras.

Nos últimos dez anos a realização de campanhas educativas para a prevenção da aids tem recebido poucos recursos e atenção. As ações para o diagnóstico da doença e as campanhas educativas veiculadas têm sido genéricas e pobres de conteúdo. Com receio de

serem acusados de preconceito e homofobia, os técnicos responsáveis pelo desenho das campanhas educativas e outras ações contra a aids não têm seguido a regra de ouro da saúde pública, de priorizar o uso dos recursos

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, A REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA A PREVENÇÃO DA AIDS TEM RECEBIDO POUCOS RECURSOS E ATENÇÃO

disponíveis em ações direcionadas aos mais suscetíveis, homens que fazem sexo com outros homens e prostitutas.

Para que o Brasil recupere a dianteira no combate à aids, reduzindo a ocorrência de novos casos, é fundamental o aumento dos investimentos em prevenção e a adoção de uma abordagem em que a epidemiologia fale mais alto que conceitos ideológicos. ^{UC}

MATHEUS DE OLIVEIRA PEREIRA



Os 25 anos do Mercosul

TEXTO
RELACIONA
DATA COM
A POLÍTICA
EXTERNA
ARGENTINA

Existe pouca margem de dúvida para afirmar que o Mercosul é o projeto mais relevante de política externa no qual a Argentina se engajou nas últimas décadas. Essa qualidade está ligada à dupla dimensão que o bloco assumiu quando de sua feitura: tratava-se não apenas de criar um espaço de progressiva liberalização comercial, mas também de cimentar uma forma diferente de relacionamento entre Argentina e Brasil, os pilares do bloco, sob marcos cooperativos, após décadas de rivalidade.

A maior prova da estatura que o Mercosul adquiriu para a Argentina está na resiliência do bloco às mudanças políticas e crises econômicas que atravessaram o país. Episódios como a desvalorização do real em 1999 e os contenciosos comerciais com o Brasil demarcam dificuldades do avanço do processo, mas

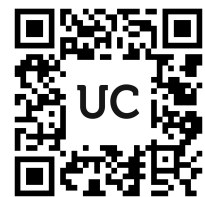
não se traduziram em tentativas concretas de eliminar o bloco; ao contrário, na sequência desses eventos o que se registra são tentativas de “relançamento”, “aprofundamento” ou de buscar dar maior “sinceridade” ao bloco, para usar os termos correntes no país.

Com efeito, os ajustes que a política externa argentina sofreu nesse ínterim, muitas vezes mais retóricos que substantivos, não demoveram o Mercosul da posição de espaço essencial para a projeção de interesses e objetivos do país. Nos casos dos governos da Aliança (1999-2001) e do kirchnerismo (2003-2015) essa conexão é mais imediata porque foram momentos de reforço do conteúdo mercosulino da política externa. Especificamente nos termos dos Kirchner, além do peso atribuído ao bloco no programa de recuperação econô-



© Roberto Stuckert Filho/PR/Agência Brasil


Assunção, 21/12/2015
49.ª Cúpula dos Estados
Partes do Mercosul e
Estados Associados



Matheus de Oliveira Pereira, mestre em Relações Internacionais pelo Programa em Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe, é pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais (IEEI – Unesp) e do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (Gedes – Unesp). Email: matheus.mop@gmail.com

mica do país, o Mercosul foi alocado como espaço preferencial para articulação política da inserção externa do país.

Porém, é nos momentos em que a orientação geral do governo relativizava o papel do Cone Sul e atribuía maior peso às alianças extrarregionais que se percebe como o bloco adquiriu relevância. Durante os governos Menem, mesmo que à revelia da vontade do presidente e sua equipe, o Mercosul desempenhou um papel relevante no esquema do Plano de Conversibilidade, como fonte de divisas para o equilíbrio cambial que o êxito do plano demandava. Mais recentemente, o governo de Mauricio Macri não tardou em reafirmar a centralidade do Mercosul para a Argentina, mesmo num contexto de franca orientação da política externa em direção aos países centrais.

A resiliência do Mercosul na política externa argentina de certa forma desmente a interpretação recorrente, e algo caricatural, de que as relações exteriores da Argentina são erráticas e vazias de linhas de longo prazo. Porém, o aspecto essencial aqui é que o Mercosul, hoje, articula e congrega um conjunto de temas e interesses cuja amplitude e relevância inviabiliza a destruição do bloco por iniciativa de governo. Evidentemente, isso não implica minimizar as contradições e dificuldades que o bloco possui e atravessa, algumas delas relacionadas à ação argentina, mas trata-se de um elemento a se ter em vista, sobretudo num momento em que propostas voluntaristas de solução de questões complexas a partir de gestos espetaculares se apresentam como respostas para todos os problemas. 



A morada do som

CONHECIDO E
ELOGIADO EM
TODO O MUNDO,
ESTÚDIO
ELETROACÚSTICO
CRIA MÚSICA
ERUDITA
NA SUA MAIS
RADICAL
LINHA DE
ESPECULAÇÃO

Há quem ainda não a tenha visto, embora passe por ali rotineiramente. Afinal, a casinha de paredes inclinadas de tijolos à vista foi construída rente ao nível do solo e fica parcialmente oculta por uma elevação do terreno. Erguida em espaço contíguo ao estacionamento do Câmpus de São Paulo – que a Unesp mantém na Barra Funda, bairro da zona oeste da Capital –, a estranha edificação, que lembra uma casamata, é considerada um dos melhores, se não o melhor, estúdios de música eletroacústica do mundo.

Batizado como Studio PANaroma por seu idealizador, Flo Menezes, professor titular do Instituto de Artes (IA) da Unesp, o espaço de exatos 303 m² reúne em seu interior o que há de mais moderno em termos de tecnologia musical. E em sua construção, ao longo de dois anos, entre 2010 e 2011, foram usados

materiais especiais, muitos deles importados especialmente para a obra. “Eu e meus alunos vivemos, hoje, no melhor dos mundos”, comenta Menezes. “Chegamos a um tal nível de sofisticação que as frequentes visitas que recebemos voltam a seus países de origem extasiadas com o que viram.”

Foi assim, por exemplo, com o diretor dos Estúdios de Música Eletroacústica da Universidade de Harvard, Hans Tutschku (“Incrível, isso aqui!”); com a coordenadora do Conservatório de Paris, uma das principais instituições de música do mundo, Amussen Gretchen (“Nunca vi uma coisa dessas, em lugar algum do mundo!”); com Barry Truax, um dos grandes compositores canadenses do gênero; e já em 1996, antes mesmo do novo e definitivo edifício na Barra Funda, com Pierre Boulez, morto no início deste ano, com quem



Visão externa do Studio PANaroma, localizado no Instituto de Artes (IA) na Barra Funda – São Paulo.



Flo Menezes é professor titular do Instituto de Artes (IA) da Unesp.

© Chello Fotografia

Menezes estudou e considera um dos grandes gênios da história da música. Visitando o estúdio em sua primeira edificação, o encontro com Boulez fez história: “Na época, o jornal francês *Le Monde* disse, em artigo, que o ponto alto da turnê latino-americana de Boulez tinha sido a passagem dele pelo PANaroma”.

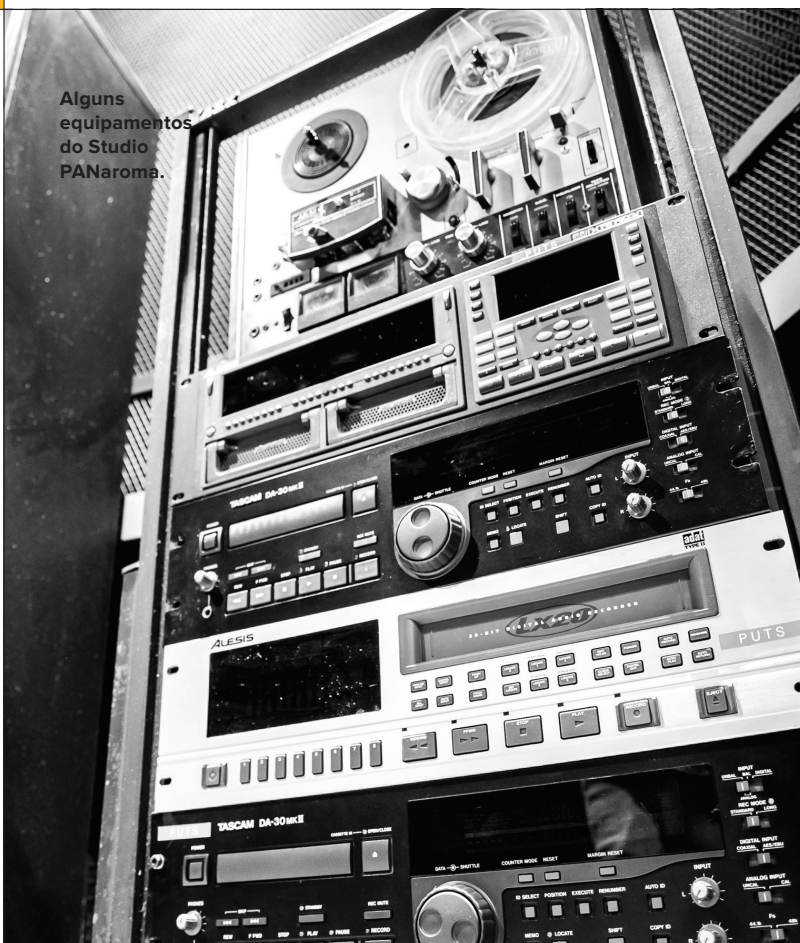
PERÍODO DE TURBULÊNCIA

Mas as ondas sonoras que permeiam a história do estúdio nem sempre foram tão harmônicas. Ao contrário, como lembra seu diretor artístico, ele foi palco também de momentos bastante turbulentos, e só não foi a pique devido ao que ele chama de “meu temperamento obstinado”. “Cheguei da Europa – França, Alemanha, Itália e Suíça –, onde estudei e trabalhei por mais de cinco anos, e fui recebido de braços abertos por John Boudler, então

diretor do IA, e por Maria de Lourdes Sekeff, chefe do Departamento de Música.” À época, 1994, o Instituto de Artes da Unesp mantinha sua sede no bairro do Ipiranga, num prédio que abrigara um mosteiro. “Era uma edificação linda, mas totalmente inadequada para a música, com péssima acústica.”

Nesse momento difícil, de transição, a boa estrela do pesquisador brilhou: um amigo de seu pai o convida para dar aulas na Faculdade Santa Marcelina – e lá ele pôde construir e equipar o estúdio de que necessitava para dar continuidade ao seu projeto, inclusive com a celebração de um convênio entre a instituição e a Unesp: “Ficou acertado que eu poderia dar ali as aulas para os meus alunos da Unesp e que, quando eu deixasse a faculdade, levaria comigo o nome ‘PANaroma’”.

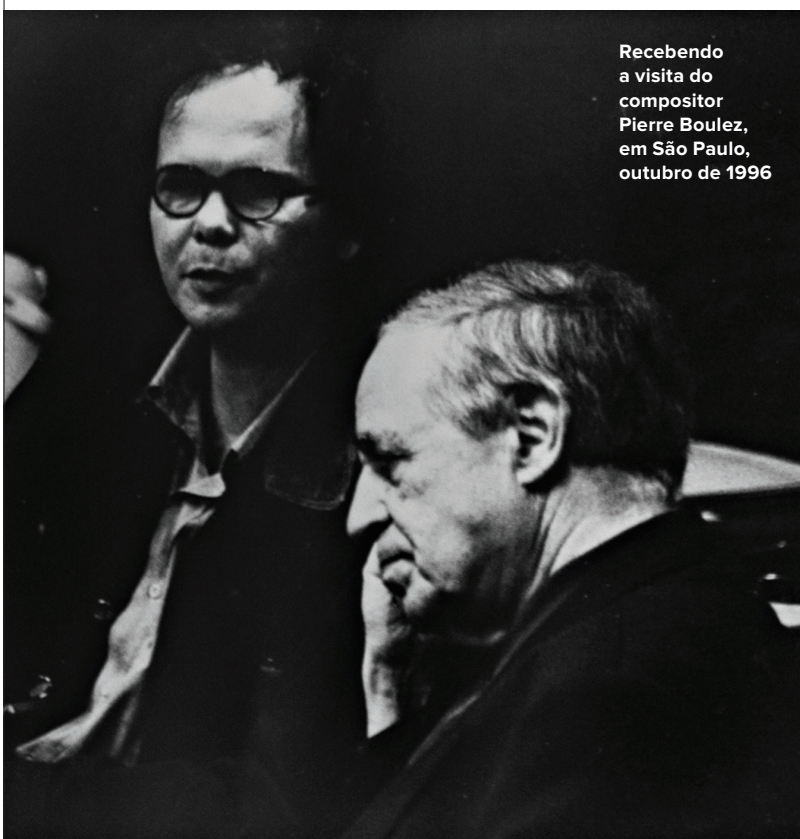
E assim foi: em julho de 1994, Menezes



Alguns equipamentos do Studio PANaroma.



Interior do Studio PANaroma.



Recebendo a visita do compositor Pierre Boulez, em São Paulo, outubro de 1996

© Fotos: Chello Fotográfico

funda então o Studio PANaroma. Mais tarde, a possibilidade de se construir o estúdio dos sonhos no Câmpus do Ipiranga afastou Menezes da Santa Marcelina. Mas as coisas, mais uma vez, não correram bem. “Cometeram-se erros primários, com plantas trocadas ou fora de proporção”, ele lembra. Mais uma vez, então, a estrela do pesquisador fez das suas: o então reitor Marcos Macari decide que o momento de mudança do instituto para a Barra Funda finalmente chegou.

DE “A” A “Z”

O PANaroma abriga seis salas – estúdios de composição –, nomeadas de “A” a “F”. Além delas, comporta um estúdio de gravação, dois banheiros, sala de informática, almoxarifado e sala de cabos. Os equipamentos, com custo estimado em R\$ 1 milhão e 700 mil, foram financiados pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. São 52 alto-falantes de altíssima qualidade, computadores Apple em todas as salas, sis-



teóricas e práticas, e em aulas de Composição Eletroacústica I e II, além dos alunos da pós-graduação, todas essas disciplinas implementadas no Brasil por Menezes de modo pioneiro.

ESPIRAL ASCENDENTE

Mas de que se trata, afinal? O que é que se faz ali, entre aquelas paredes levantadas e revestidas com materiais de ponta? Qual a utilização que se dá àquela panóplia de última geração? “O que fazemos aqui nada mais é do que música contemporânea”, esclarece o pesquisador. “Grande parte da música eletroacústica não precisa mais da escrita musical, é uma escritura pura, é a música erudita na sua mais radical linha de especulação.”

Ainda de acordo com Menezes, a música

OS EQUIPAMENTOS DO ESTÚDIO FORAM FINANCIADOS PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO, A FAPESP


tema de síntese e tratamento sonoro e um arsenal de 35 microfones, dos melhores produzidos no mundo. “Todo esse equipamento foi necessário para as duas linhas de pesquisa que venho desenvolvendo há 15 anos”, explica Menezes. “A criação da orquestra de alto-falantes, PUTS: PANaroma/Unesp – Teatro Sonoro, e a concepção de um software para composição de trajetórias espaciais, o MPSP (MusicPanSPace).”

Essa parafernália toda está ligada por um cabo ótico de 40 canais com o Teatro “Maria de Lourdes Sekeff”, distante uns 100 metros dali.

Experimentado nos principais estúdios do mundo – Paris, Colônia, Birmingham, Pádua e várias cidades dos Estados Unidos –, Menezes não hesita em apontar o PANaroma como o de melhor acústica em que ele já trabalhou. “Sob este aspecto, não conheço nenhum outro que possa ser comparado ao nosso”, enfatiza.

Usufruindo de tudo isso, cerca de 60 alunos se alternam em aulas de Teoria da Música Eletroacústica, em disciplinas coletivas

eletroacústica se apoia em três “Es”: estruturas, espectros e espaços. “Esse tripé define o que chamamos de ‘pesquisa em composição erudita radical especulativa’”. Seria, mais ou menos, o que um cientista faz de mais avançado, por exemplo, na área da Física de Partículas. “Estamos colidindo partículas sonoras no espaço, fazendo o som mais bonito que a gente possa encontrar, a música mais elaborada, a mais erudita.”

Para Flo Menezes, não houve ruptura com o que vinha sendo feito ao longo da história da música, mas uma espiral ascendente. “Assim como Monteverdi criou vários modos de performance instrumental no Barroco, Berlioz mudou o conceito de orquestração e Mahler revolucionou a orquestra contemporânea, o compositor de música eletroacústica vem alargando esse instrumental com as novas tecnologias”, explica. “Nós somos uma linha de evolução e uma radicalidade nos processos de estrutura e de criação na história da composição.” 

SILVIA BEATRIZ ADOUE



Velho Chico, a novela do 'novo mundo rural'

ARTIGO DISCUTE
RELATO SOBRE
O BRASIL
REALIZADO PELA
TV GLOBO

O mito é poderoso cimento ideológico. Quando a narrativa conta com imagem e som, o efeito de realidade para o receptor é ainda maior. A telenovela *Velho Chico*, da TV Globo, com texto de Edmara Barbosa e Benedito Ruy Barbosa, é relato suficientemente flexível para integrar outros mitos sobre a questão agrária e sua história no Brasil. Com direção artística de Luiz Fernando Carvalho, de longe, a telenovela mais sofisticada que a TV brasileira já apresentou.

Em 1960, Afrânio retorna de Salvador a Grotas de São Francisco, onde mora sua mãe, dona Encarnação, após a morte do pai e do irmão que estava destinado a sucedê-lo. Sem vocação, assume o lugar do coronel Jacinto. Com mão firme e apoiado nos jagunços do seu pai, mantém as alianças e a exploração dos pequenos agricultores, que lhe vendem sua produção. Só o capitão Ernesto Rosa o enfrenta, e o jovem coronel Afrânio Saruê o

manda matar. Afrânio casa com Leonor e tem com ela dois filhos, primeiro Maria Tereza e depois Martim. Leonor morre no último parto e Iolanda, cantora e antiga namorada, passa a morar com ele. Belmiro e Piedade, família de retirantes que havia sido acolhida pelo capitão Rosa, se tornam os principais oponentes do coronel. Santo, o filho mais velho de Belmiro e Piedade, se apaixona por Maria Tereza. O coronel Saruê os afasta. Santo casa com Luzia, e Maria Tereza, grávida de Santo, casa com o deputado Carlos Eduardo e abandona Grotas.

Anos depois, Maria Tereza retorna com seu marido e seu filho Miguel, que estudou na Europa e pretende se ocupar da terra da família, recuperando o solo esgotado pela prática de uma agricultura predadora dos recursos hídricos e dos nutrientes. Martim, renegado pelo pai, após correr o mundo como fotógrafo, também volta para recuperar a história de Leonor, sua mãe, que não chegou a conhecer.



© Fotos: Cláudia Franco

Nesse meio-tempo, Santo e seu irmão Bento formaram uma cooperativa de produtores para comercializar sua produção sem a intermediação do coronel Saruê.

Em Grotas, Bento é vereador e representa os interesses dos pequenos produtores. O vereador é apaixonado pela professora da escola local, Beatriz, filha da benzedeira da cidadezinha, conhecedora das matas e das plantas medicinais. Santo e Luzia têm uma filha, Olívia, que quer modificar as práticas agrícolas da cooperativa. O coronel Saruê continua exercendo seu poder por meio da violência do seu jagunço Cícero, que cresceu junto com Maria Tereza e mantém por ela uma paixão intensa.

Ainda que o enredo comece nos anos de 1960, na liberdade que a ficção autoriza, misturam-se tempos diferentes convivendo no Brasil contemporâneo. A composição dos personagens, incluído o figurino e a marcação da atuação, assinala três complexos históricos: o

velho latifúndio, a tentativa da modernização e democratização com a formação de cooperativas de agricultores familiares e o período atual. Mas o enredo sugere não apenas uma sucessão, mas um engavetamento de modelos que se interpenetram e se chocam. A abertura dramática, com a música *Tropicália*, de Caetano Veloso, sublinha esse complexo.

A síntese que resolverá a tensão entre o latifúndio e a agricultura familiar, tudo indica, será uma iniciativa da nova geração de grandes proprietários que promoverá, em escala, uma agricultura ao mesmo tempo científica e sustentável. Uma combinação de revolução verde com agroecologia e superação do conflito social por meio da integração das cooperativas às cadeias produtivas agroexportadoras (no caso, exportadoras de frutas), num “todos ganham” apontado pelo que já foi chamado de “novo mundo rural”. Assim, o moderno agronegócio “sustentável” harmonizará a po-



Silvia Beatriz Adoue é docente da Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, ambos da Unesp.

liatividade, que inclui agricultores familiares, pescadores, artesãos e comerciantes.

Não se trata apenas de uma questão de modelo de manejo do solo, de técnicas agrícolas que esgotam os nutrientes e descuidam das nascentes. Trata-se também de práticas políticas associadas à estrutura agrária e que aparecem bem representadas na promiscuidade entre os políticos e os grandes proprietários. Por um lado, no poder local, com a dominação por meio do terror da pistolagem, do controle do cartório e do executivo municipal, de alguma maneira contestada pela ação do vereador Bento. Por outro, em escala nacional, com a presença do genro do latifundiário como deputado em Brasília. Mas o enredo também dá conta de representar as ações dos mediadores de conflitos, como o padre Benício, com um histórico de luta na defesa dos pobres, fato que o levou a sofrer perseguição durante a ditadura.

A TV GLOBO CAPTURA NOSSOS MITOS NUM PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO E MONTAGEM QUE MOSTRA E OCULTA

A síntese aparece como carnadura em todo um emaranhado de histórias familiares que se entrecruzam em afetos, desencontros e mágoas antigas. Com a exceção da ciumenta Luzia, a sociabilidade representada no enredo faz das mulheres fio de continuidade entre as gerações e elemento reparador em momentos de descalabro. São elas que evitam a catástrofe. Se a mestiçagem de branco com índio e com negro arranca das gerações anteriores, é a última geração que aparece capaz de superar a condição subalterna da mulher e a distância social. Tudo indica que a solução será dada pelos meio-irmãos Miguel e Olívia, homem e mulher, aquele que aprendeu fora do país e aquela que nunca saiu da terra, mediados pela ciência e a superação da sociabilidade arcaica.

A cenografia requintada e o tratamento da imagem casam com uma trilha sonora com papel fundamental na construção da narrativa.

Caravana, de Alceu Valença e Geraldo Azevedo, por exemplo, aproxima o movimento do Rio São Francisco com o andamento da história, que precisa avançar, ora lenta, ora rapidamente, marcando um ritmo de inevitabilidade, para além das vontades humanas e da finitude da existência lamentada na sublime *Incelença pro amor retirante*, de Elomar. O enredo não dribla a desigualdade, ao contrário, a aponta e sublinha com imagem e trilha sonora. Vejamos o uso narrativo de *Triste Bahia*, poema de Gregório de Mattos musicado por Caetano Veloso. Tampouco ignora a luta de vida e morte: o *Réquiem para Matranga*, na voz reconhecível de Geraldo Vandré, diz e evoca um tempo histórico de conflito. O papel estruturante da violência na configuração da ordem social é ressaltado, explicitamente, no caso do coronelismo: “Oh, Senhor cidadão, eu quero saber com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”, da música *Senhor Cidadão*, de Tom Zé.

Haverá perdas. Provavelmente a pistolagem dos jagunços será sacrificada e não terá lugar na nova ruralidade. Mas o “amor à terra” de dona Encarnação, a velha matriarca, parece ter reencarnado na geração de netos e bisnetos, reencontrando o sangue de filiações cruzadas, como sublinha a música *Mortal loucura*, outro poema de Gregório de Matos, este musicado por Zé Miguel Wisnik, na voz de Maria Bethânia. O personagem Martim, filho renegado do latifundiário, que procura a história da sua origem, é um dos articuladores que farão reconciliar o passado e o presente. Chama a atenção que ele não é um historiador, nem um jornalista, ele é um fotógrafo. É a imagem visual que articula os tempos pela procura e recuperação do perdido: o filho preferido de dona Encarnação afogado no Rio São Francisco e Leonor, a mãe do seu neto, que morreu de parto. A novela assim se configura como um grande relato sobre o Brasil.

Cabe assinalar que a proposta desta novela foi preterida em várias oportunidades. Em ano eleitoral, e com grande preferência pelo Partido dos Trabalhadores na Região Nordeste, é compreensível que a TV Globo tenha optado

SILVIA BEATRIZ ADOUE



por “Velho Chico”. Longe de se contrapor às políticas sociais de alívio à pobreza dos governos petistas, particularmente presentes na região, o enredo as ignora. Durante o desenvolvimento da história, a reforma agrária não aparece como horizonte programático em momento algum. O grande conflito não é entre assalariados e patrões, e nem entre sem-terra e latifundiários. A disputa acontece na comercialização e no escoamento da produção.

Não longe das locações da telenovela, numa região degradada do Sul da Bahia, o suíço Ernst Gotsch desenvolve o Projeto Agenda Gotsch, com apoio da Fazenda da Toca (Itirapina-SP), de Pedro Paulo Diniz. O objetivo é implantar uma área de agrofloresta. Já a Fazenda da Toca produz orgânicos em grande escala. Há um mercado para esses produtos e o agronegócio não despreza esse nicho, além de fazer parte da “agenda positiva” do agronegócio. A mensagem que a novela passa é que toda a produção pode ser levada adiante assim, que todos os consumidores teriam acesso a esses

produtos e que a desigualdade social pode ser superada sem mexer na estrutura fundiária e por uma opção tecnológica das grandes cadeias produtivas, sem qualquer necessidade de luta. Só que não.

A TV Globo captura nossos mitos num procedimento de seleção e montagem que mostra e oculta.

Vivemos num período marcado pela especialização produtiva que destina o grosso do nosso território à produção de umas poucas commodities agrícolas. Dentro do mercado mundial capitalista não há compradores suficientes para uma produção orgânica em escala equivalente. A produção orgânica destina-se a um setor reduzido com maior poder de compra e não para as classes trabalhadoras do campo e da cidade. Os cortadores de cana comem o arroz e o feijão produzidos com doses enormes de agrotóxicos.

Entretanto, o que fica no ar é a necessidade dessas classes trabalhadoras de recuperarem para si o grande relato. **UC**

A segunda fase da novela *Velho Chico* se passa no final da década de 80. O coronel Jacinto entra em conflito com o próprio filho, Afrânio Vilela (Rodrigo Santoro), pois este tem ideais contrários aos do pai. É justamente nesta fase da novela que se dá a sucessão do pai (o coronel Jacinto) pelo seu filho, este passando a cuidar dos negócios do pai, em razão da idade avançada. Afrânio (Rodrigo Santoro) casa-se com Iolanda (Carol Castro).



INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO MAR

Dia 5 de julho, em São Vicente, SP, ocorreu, perante um público de aproximadamente cem pessoas, entre docentes, pesquisadores, servidores técnico-administrativos, alunos da Universidade e convidados de diversas instituições ligadas à pesquisa do mar, a cerimônia de inauguração do Instituto de Estudos Avançados do Mar (IEAMar) da Unesp. “A criação do IEAMar partiu de demandas e de estudos relacionados à exploração das riquezas do litoral paulista, dentro de uma perspectiva abrangente da plataforma brasileira e das águas internacionais”, contou Peter Christian Hackspacher, coordenador executivo do IEAMar.

Vice-governador e secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Márcio França representou o governador Geraldo Alckmin e destacou os esforços da Universidade e do Estado para que o IEAMar se consolide como um centro de excelência com estrutura pública de qualidade, voltada à pesquisa e à extensão. “O passo que se dá hoje é fundamental para as próximas ações que busquem o encontro das demandas atuais da sociedade com as capacidades da Universidade”, disse.

Veja vídeo da inauguração em <<https://youtu.be/c3mwkfsn8rQ>>.



© Arquivo pessoal



Rita de Cássia BIASON é cientista política e coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção da Unesp/Franca (www.cepcorruptcao.com.br).

Lei Anticorrupção e Projetos Educacionais

Em 2006, o grupo industrial alemão Siemens envolveu-se num dos maiores escândalos corporativos com práticas parecidas com as denúncias que ocorreram no Brasil. A investigação nos Estados Unidos revelou que, entre 2001 e 2007, a empresa pagou US\$ 1,4 bilhão em propinas a autoridades de diversos países, em troca de contratos públicos.

O resultado foi a condenação do grupo Siemens pela Justiça alemã a pagar 395 milhões de euros, e pela Justiça dos Estados Unidos a pagar outra multa, de US\$ 800 milhões. O que foi pouco divulgado é que a multa aplicada foi depositada num fundo administrado pela United Nations Global Compact e resultou em várias iniciativas de financiamento de projetos de integridade selecionados pela Siemens Integrity Initiative.

No caso brasileiro, a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013) tem obtido relativo sucesso na correção de desvios de recursos públicos e nos acordos de leniência entre empresas e a administração pública. Um dos aspectos que chamam atenção é a aplicação de multas que podem variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa, ou de 6 mil a 60 milhões quando não for possível calcular o faturamento.


Se considerarmos que uma empresa pagou multa à esfera administrativa, a pergunta a seguir é... para onde foi esse recurso e quem o está administrando? A medida adotada pelo antigo gestor, da extinta Controladoria Geral da União, era devolver os recursos aos cofres da Petrobras, como é o caso da empresa ho-

landesa SBM, que pagará 1 bilhão de reais de indenização à União.

Obviamente que se considerarmos a crítica situação financeira em que se encontra a estatal brasileira a medida é justificável, mas isto não restringirá o comportamento corrupto a que temos assistido nas últimas décadas, quer de pessoas físicas quer de pessoas jurídicas.

A conscientização sobre a importância da ética e o significado do bem público perpassa por diversos segmentos, como a educação formal. Tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, no Brasil, poderiam usufruir de um percentual dessas multas para projetos educacionais voltados à formação de futuros eleitores sobre a importância da correta utilização e fiscalização dos recursos públicos, por exemplo.

Se considerarmos que as escolas estaduais e municipais, de áreas urbanas e rurais, têm 37.826.565 alunos matriculados (Censo MEC 2015), os projetos educacionais poderiam resultar, no médio prazo, numa mudança significativa de comportamento frente às pequenas corrupções e quiçá às grandes.

Não seria necessário alterar o currículo escolar, mas financiar iniciativas locais que poderiam ser mantidas por esse fundo, por meio de chamada pública e seleção de projetos. O próprio Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle poderia gerenciar o processo. Seria um caminho, eficaz e efetivo, para mudarmos o comportamento corrupto no Brasil. 

Uma nova perspectiva para a sociedade da informação



Qual a diferença da história do conhecimento para a história da ciência ou da sociologia do conhecimento? Burke mapeia não essa história, mas as suas histórias, no plural, desde a invenção da escrita ao uso de mecanismos digitais de busca, passando por centros de aprendizado em Bagdá e Damasco, e as questões e dilemas para armazenar o conhecimento no início da era moderna europeia. Traça as origens e os fundamentos desse novo domínio da ciência histórica, passa pelos processos que transformam informação em conhecimento e conclui discutindo os problemas recorrentes e as perspectivas nesse campo.

O que é história do conhecimento?

Peter Burke

Tradução: *Claudia Freire*

211 páginas • 14 x 21 • R\$ 44,00



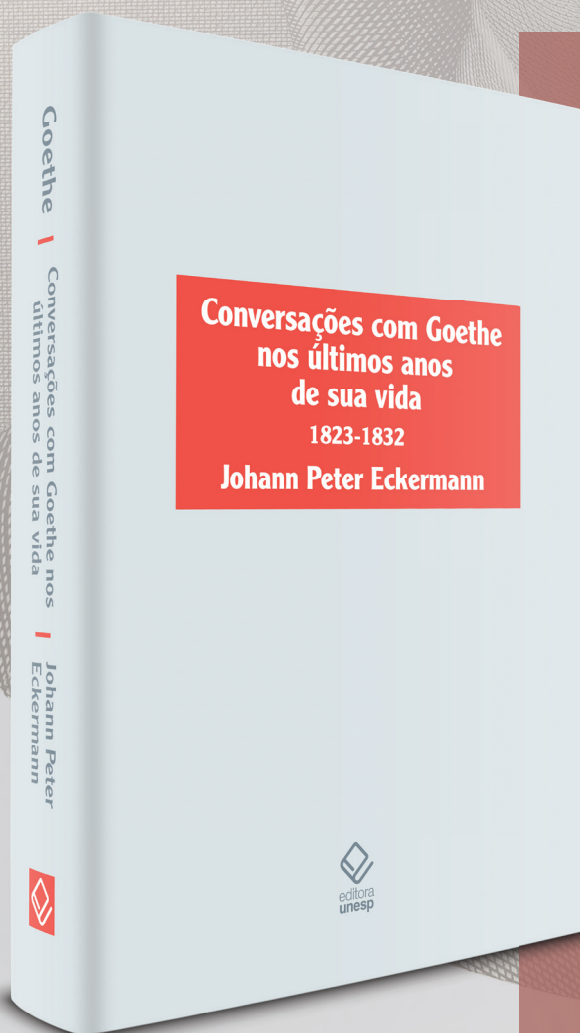
**editora
unesp**

Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987

www.editoraunesp.com.br

Diálogos

com um gênio
da literatura mundial



Nietzsche considerava este livro o melhor já escrito em alemão. Walter Benjamin, um dos maiores livros de prosa de todo o século XIX. Resultado das zelosas anotações diárias e de argutas observações de seu secretário particular Eckermann, *Conversações* definiu a imagem de Goethe para a posteridade. A imersão no cotidiano do grande poeta em seus últimos nove anos de vida possibilita conhecer melhor tanto o literato quanto a sua época. Entre comentários sobre assuntos variados – literatura, pintura, música, teatro, filosofia, ciências, religião, política –, surgem as frases que se tornariam referências para toda a cultura ocidental.

Conversações com Goethe nos últimos anos de sua vida 1823-1832

Johann Peter Eckermann

Tradução: Mario Luiz Frungillo

718 páginas | 16 x 23 | Capa dura | R\$ 138



Produzir conteúdo,
Compartilhar conhecimento.
Editora Unesp, desde 1987

www.editoraunesp.com.br